

# EM TEMPO:

Quinzenário nacional • Ano VI • nº 161 • De 28/10 a 10/11 de 1982 • Cr\$ 100,00

**Cinema  
militante**

Fala Renato Tapajós,  
diretor do "linha de  
Montagem". (pág. 15)

**Terror**

**Novo capítulo  
de impunidade**

O exame das pistas da falsificação do jornal "O São Paulo" levam às portas de um empresário, torturador e terrorista. Mas tudo indica que Afonso Paulino, amigo pessoal do chefe do SNI, ficará impune mais uma vez (pág. 2)

**O novo mínimo**

**Decretado o novo  
salário da fome**

O próprio governo reconhece que o novo mínimo não é suficiente para garantir a sobrevivência dos trabalhadores quando divulga estatística dos milhares de brasileiros que morrem de fome no país. (pág. 3)

**Construção da CUT**

**O rumo sinuoso  
dos autênticos**

Desunificado, sem um projeto claro de construção da central única e de como centralizar a luta dos trabalhadores, o bloco dos dirigentes autênticos tem marcado a sua atuação por idas e vindas (págs. 12 e 13).



**Solidariedade  
convoca  
greve geral**

páginas 4 e 5

**Novas tarefas na  
construção do PT**

No meio do vendaval eleitoral, um esforço para descortinar os desafios do PT. Nesta edição, um encarte especial sobre a evolução da conjuntura, a relação do PT com as parlamentares eleitas, suas tarefas no movimento sindical e o significado da recusa em participar de governos de coalizão. Um debate desde já atual para os que se preocupam com a construção do PT como partido revolucionário.



Terror

# Mais um capítulo da impunidade

A denúncia de que o empresário mineiro Afonso Paulino foi o mandante da falsificação do jornal *O São Paulo* confirma a impressão de que as investigações não avançarão dada a notória impunidade deste terrorista.

Por Sérgio Marques

Há dois meses circulava na capital uma edição falsa do jornal *O São Paulo*, órgão daquela arquidiocese. O jornal, habitualmente vendido, estava sendo distribuído gratuitamente, e continha artigos que mudavam completamente sua linha editorial. Por exemplo, no artigo de capa — intitulado "Mea Culpa" — o arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns fazia autocrítica de suas posições "marxistas".

Descoberta a fraude, a Igreja exigiu da polícia a apuração da responsabilidade pela falsa edição do jornal. As investigações prosseguiram letargicamente quando a Igreja, por seus próprios recursos, denunciou que a falsificação havia sido feita em Belo Horizonte. Com a identificação da gráfica envolvida no episódio, chegou-se ao nome de José Calixto. Este, apesar das pressões e ameaças que vinha sofrendo por parte do mandante do crime, apontou Afonso Paulino como responsável pela encomenda do trabalho.

### Certeza de impunidade

A primeira dúvida que ressalta em todo este episódio é o porquê da falsa edição do *O São Paulo* ter sido feita em Belo Horizonte. Afinal, a capital mineira tem — como capacidade de produzir a edição apócrifa — um parque gráfico reduzido. Qualquer investigação feita em Belo Horizonte conduziria à gráfica responsável pela falsificação. Seria muito mais seguro, por exemplo, preparar a falsa edição em uma das inúmeras gráficas do interior paulista que estavam capacitadas para tal empreendimento. Mas não, a edição foi feita em Belo Horizonte.

Além disso, tal falsificação ocorre em meio a uma série de episódios, todos relacionados com a capital mineira; o *Jornal de Minas*, de propriedade do terrorista Afonso Paulino, havia partido para uma ofensiva generalizada contra os setores progressistas do clero, em especial contra o padre Antônio Haddad, catalogado pelo jornaleco como "moleque", realiza-se, sempre em Belo Horizonte, um mês após a falsificação (fins de setembro), a II Reunião Nacional de Capelães Militares, quando estes fazem côro com o general Coelho Neto na denúncia de "infiltrações marxistas" dentro da Igreja; e, anteriormente, o deputado Genival Tourinho, hoje cassado, denunciou a "Operação Cristal", em que vários generais das Forças Armadas — entre os quais, Coelho Neto — estariam envolvidos na série de atentados que a capital mineira havia sido palco. Em especial, atentados contra o próprio jornal *EM TEMPO* (ver ET n.ºs. 74, 109, 110, 112, 113, 114) e que culminaria no célebre atentado à OAB no Rio de Janeiro. Isto é, Belo Horizonte tem se caracterizado como sede do terrorismo oficial.

A escolha de Belo Horizonte para a realização da falsificação só pode ter uma razão: trocou-se a obviedade pela certeza da impunidade. Afinal, o terrorista Afonso Paulino e suas costas largas são de há muito conhecidas. Quando do terceiro atentado à



*Afonso Paulino, ex-agente do DOI-CODI, já foi denunciado como torturador. Indicado por um ex-agente da repressão como responsável pelos atentados ao EM TEMPO, permaneceu impune. Entre seus amigos, o general Medeiros e o general Coelho Neto.*



sucursal mineira do *EM TEMPO*, as denúncias, feitas inclusive por um ex-agente da repressão, incriminavam vários nomes, entre os quais o do terrorista Afonso Paulino. É claro que o inquérito não deu em nada. Ex-agente do DOI-CODI em Minas Gerais, o torturador Afonso Paulino tem amizades notórias: os generais Medeiros, Coelho Neto, Bandeira, o falecido Milton Tavares...

### Acusações de um nazista

Após a denúncia de José Calixto, o DOPS mineiro saiu da morosidade com que vinha tratando o caso: tomou os depoimentos dos intermediários entre Calixto e Afonso Paulino, apressou-se em confirmar a versão do torturador de que Calixto havia "roubado" a gráfica em que trabalhava, e até "encontrou" uma queixa do proprietário da gráfica contra José Calixto, inexistente até então. Quanto ao depoimento de Afonso Paulino, considerou desnecessário. Pois seria constrangedor intimar o torturador Afonso Paulino — homenageado com seu nome em uma das salas do DOPS mineiro — a prestar depoimentos. O torturador ofereceu-se a dá-los, mas o delegado do DOPS preferia aguardar as ordens de São Paulo...

A reação de Afonso Paulino às denúncias não se fez esperar: acusou D. Paulo Evaristo

Arns de estar envolvido com organizações de esquerda e de ter levado um "inocente" à morte, através de suas doutrinações (*Jornal de Minas*, 15 de outubro); no editorial de sábado, 16 de outubro, acusou José Calixto de ter sido "convenientemente doutrinado e orientado" (pela Igreja) "para dizer as mentiras que realmente disse"; e, sempre distribuindo gratuitamente seu jornaleco, publica, em 19 de outubro, uma entrevista dada por ele próprio, quando acusa José Calixto de "estar envolvido com a pastoral operária" e portanto, que suas acusações não devem merecer crédito, segundo a "lógica" nazista deste raciocínio. Afirma também que a falsificação interessa aos marxistas (que lógica!) e que, portanto, eles é que são responsáveis.

A resposta do clero a estas acusações caracterizou-se pela timidez: rebateu displicentemente as acusações a D. Paulo e ao clero progressista e, inclusive, mostrou que as salvaguardas de Afonso Paulino se estendem a setores da própria Igreja: ironia do destino, a arquidiocese mineira é proprietária do prédio em que fica o jornaleco de Afonso Paulino; e o bispo auxiliar de Belo Horizonte, D. Serafim Fernandes, declarou que estava satisfeito com os resultados das investigações e que as acusações sobre Afonso Paulino não devem interferir na relação "puramente comercial" entre este e aquela arquidiocese...

Muito mais incisiva na resposta às acusações

de Afonso Paulino foi a nota de solidariedade assinada por Virgílio Guimarães, Américo Antunes e Helena Greco, candidatas a deputado federal, estadual e vereadora (em Belo Horizonte) pelo Partido dos Trabalhadores. Responsabiliza diretamente a Afonso Paulino pela falsificação e compreende estes atentados como parte da atuação de grupos para-militares, braço armado da ditadura.

### Nova ofensiva terrorista?

Neste episódio, uma segunda questão, muito mais ameaçadora, também deve ser colocada: a falsificação do *O São Paulo* é ponta de lança de uma nova ofensiva generalizada do terror semi-oficial?

A resposta a esta pergunta nos deixa receosos. Simultaneamente com este episódio da falsificação, líderes sindicais combativos, entre os quais João Paulo Pires de Vasconcelos, foram acusados de corrupção, através de cartas-anônimas endereçadas aos principais sindicatos de Minas Gerais; várias cartilhas e publicações da Igreja tem sido falsificadas em todo território brasileiro; assassinatos de candidatos de partidos de oposição...

## PERSPECTIVA internacional

Saiu o n.º 4

**Brasil**  
O Partido dos Trabalhadores e as eleições - José Leite

**Dossiê: Os marxistas e as eleições**  
A conquista revolucionária do poder - João Machado  
O Partido Comunista e o parlamento  
Resolução do 2º Congresso da III Internacional  
Os revolucionários e as eleições - Hugo Blanco

**Argentina**  
Conquistar a independência de classe - Marcelo Zugadi

**Dossiê Polônia**  
O debate sobre a orientação política do Solidariedade  
Guerra de posição - Zbigniew Bujak  
Vocês tem uma chance histórica - Jacek Kuron  
Guerra de posição e guerra de movimento: sobre a estratégia do Solidariedade - Zbigniew Kowalewski  
A Sociedade Clandestina - Comissão Coordenadora Provisória do Solidariedade  
Revolução política e contra-revolução na Polônia - Resolução do Comitê Executivo Internacional da IV Internacional  
Solidariedade com o Solidarnosc

## EM TEMPO:

Conselho Editorial: Aloisio Marques, Álvaro Merlo, Américo Bernardes, Antonio Helder, Carlos Henrique Arabe, Flávio Andrade, Joaquim Soriano, José Luis Nadai, Juarez Guimarães, Julio Tavares, Luci Ayala, Marcio Gomes, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Virginia Pinheiro.

Jornalista Responsável: Vilma Amaro - Reg. MTPS nº 9.149.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte Ltda. R. Francisco Leitão, 57 - Pinheiros, São Paulo, CEP 05414  
Fone: 852-8880 - C/GC 46.093.589 0001-10.

Sucursais: Belo Horizonte: R. da Bahia, 1148 - 12º andar - sala 1203; Porto Alegre: Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20;  
Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117 - sala 1414 - Vitória - Caixa Postal 1427.

Produção Gráfica:  
CIA EDITORA JORUÊS  
Fotocomposição, Fotolito e Impressão  
Rua Artur de Azevedo, 1977  
Fones: 212-5061 • 814-4046 • 813-7031

**EM TEMPO e Perspectiva Internacional começam agora a ser vendidos em Fortaleza, na livraria Gabriel situada à Rua Edgar Borges, n.º 40. A livraria Gabriel é a maior e mais importante da cidade. O seu proprietário, Gabriel, é um intelectual e um dos impulsionadores da cultura popular na região. Sua livraria já foi palco de diversos lançamentos de livros. Lá poderão ser encontradas para leitura edições encadernadas de EM TEMPO e serem feitas assinaturas do jornal e da revista.**

# O novo salário da fome

O novo salário-mínimo decretado pelo governo faz ter saudades dos tempos de escravidão quando pelo menos a sobrevivência dos escravos era assegurada.

Os novos valores do salário-mínimo anunciado pelo governo mantêm a sistemática utilizada nos últimos reajustes. Contrariamente ao que estabelece a lei salarial vigente, o novo mínimo não incorpora os 10% além do INPC que é garantido a todos os trabalhadores que recebem menos de três salários; permanece a estratificação dos mínimos por região, mantendo-se ainda inalterada a divisão por estados; no fundamental, o novo salário está a quilômetros do valor que deveria ter para prover o trabalhador e sua família dos bens que a Constituição em vigor prevê.

Assim os novos valores do salário-mínimo serão: região sul/sudeste e Distrito Federal, Cr\$ 23.568,00; região norte/centro-oeste (exceto Brasília) Bahia e Pernambuco, Cr\$ 20.736,00; demais estados do nordeste, Cr\$ 20.328,00.

## Os efeitos da fome

O anúncio do novo mínimo ocorre alguns dias após a divulgação dos resultados de uma pesquisa promovida pelo Ministério da Saúde sobre os efeitos da desnutrição no Brasil. Em 1980, pelo menos 10.873 pessoas morreram de desnutrição, de acordo com a causa mortis descrita nos atestados de óbitos. Destas, 9.100 eram crianças menores de cinco anos.

Este dados, no entanto, se referem àqueles brasileiros que faleceram diretamente em decorrência da fome. No ano de 1980, de acordo ainda com a pesquisa, cerca de 34 mil pessoas morreram de doenças infecciosas comprovadamente porque estavam desnutridas.

De acordo com um outro estudo, este do presidente do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, cerca de 30% das internações na rede de hospitais da Previdência correspondem a crianças

menores de dois anos enfermas tendo como causa principal ou associada a subnutrição. Além disso, há indícios de que mais de 50% da população de baixa renda no Brasil é portadora de algum grau de desnutrição proteico-energética, sofrendo, por causa disso, problemas que vão desde a redução do peso e estatura até a deficiência mental.

## Valor simbólico

Depreciado após tantos anos de arrocho, o salário-mínimo no Brasil foi transformado em um elemento simbólico, inútil para cumprir o papel de garantidor das condições mínimas de reprodução da força de trabalho, de limite institucional à exploração do capitalismo.

A luta pelo estabelecimento de pisos salariais por categoria passou neste contexto, a constar como item privilegiado nas campanhas salariais. No entanto, são exatamente aquelas categorias mais exploradas, com menos tradição de organização sindical que deveriam ser protegidas pelo estabelecimento de um salário-mínimo condizente as que não têm condições de impor pisos salariais mais elevados no confronto com os patrões.

Esta questão é particularmente importante nesta conjuntura de crise, quando o desemprego se eleva e a força de trabalho se deprecia no mercado. Como a estabilidade também não é garantida, os patrões se valem de todo tipo de artifícios para pressionar os salários para baixo.

Os trabalhadores, encontram-se, pois, completamente desprotegidos neste campo. Um estudo recente do DIEESE revelou que no ano passado, três empreiteiras forneceram mão-de-obra para uma fábrica de motores em Minas Gerais. O salário dos operários não chegou a 30% do valor que a fábrica pagou às empreiteiras!

## Escravidão assalariada

De acordo com o censo de 1980, cerca de 17 milhões de trabalhadores brasileiros (mais de 30% da população economicamente ativa) recebem até um salário-mínimo. Esta enorme massa é, assim, diretamente afetada pelo brutal rebaixamento do mínimo.

Mas o mínimo cumpre outras funções no mercado de trabalho. Ele funciona como uma referência para o estabelecimento dos demais níveis de salário e, portanto, o seu aviltamento tem efeitos sobre a renda do conjunto de assalariados.

É importante ter tudo isto em mente quando se discute as propostas do governo no campo da política econômica. Pois trata-se de aprofundar o desemprego através de medidas recessivas e alterar a lei salarial no que ela tem de entrave no aumento da exploração da força de trabalho. Sabe-se que provavelmente esta alteração seria no sentido de fazer com que a sistemática dos reajustes se desse em torno a previsões inflacionárias estipuladas pelo governo e não pelo INPC nos seis meses anteriores ao reajuste como ocorre hoje.

Os trabalhadores já sentiram o peso desta política em períodos anteriores quando a sub-avaliação oficial da inflação tornou-se o instrumento predileto do ataque aos salários dos trabalhadores.

Ao aproximar-se das eleições, o governo alardeia para todos os cantos a vitória da democracia, apesar de todos os casuismos e cabrestos que impõe ao voto. Mas, em suas vidas cotidianas, a realidade vivida pelos trabalhadores assalariados brasileiros faz ter saudades dos tempos de escravidão. Naquela época, pelo menos o senhor, interessado em conservar o capital investido, cuidava que não faltasse aos escravos o mínimo necessário à sua sobrevivência.

## Editorial

O Senador Tancredo Neves, candidato do PMDB ao governo de Minas Gerais, está defendendo a idéia de "união nacional". O ex-governador Leonel Brizola, candidato do PDT ao governo do Rio de Janeiro, diz que a oposição deve evitar revanchismos, se recusa a enfrentar o governo federal, isto é, a ditadura militar. Setores do governo acenam com a necessidade de um "entendimento nacional" para implementar as medidas de austeridade na economia, com "todos se sacrificando" para o país superar a crise. Setores da oposição burguesa e reformista falam em um "pacto social".

Todas estas formulações partem de uma base comum: a idéia de que é possível um entendimento, uma unidade entre as várias classes sociais que compõem a nação, para enfrentar a crise econômica.

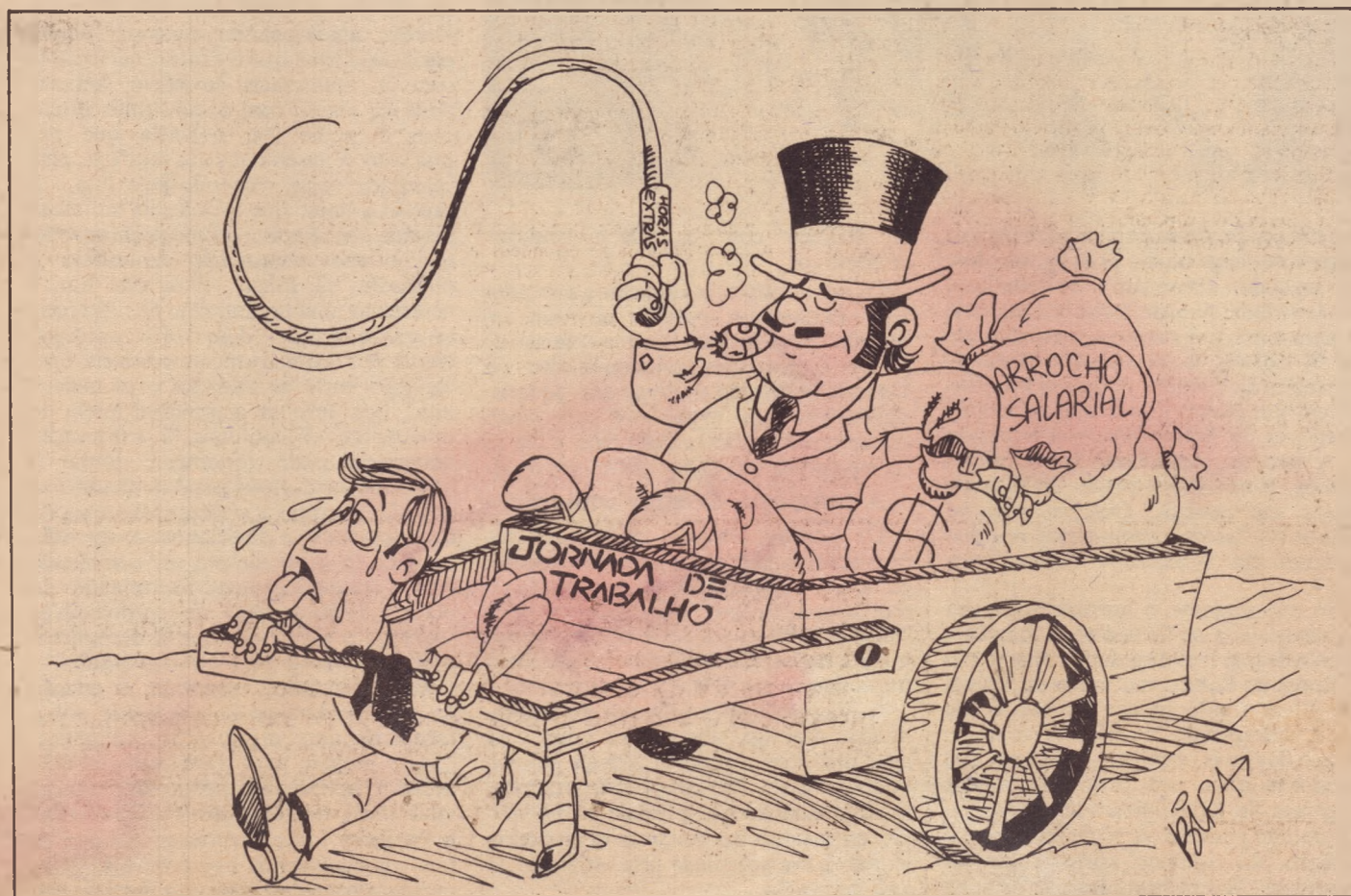
Nada mais falso. As soluções burguesas para as crises da economia capitalista, sejam do governo ou da oposição, giram em torno de uma única idéia: é preciso aumentar as taxas de lucro, garanti-las elevadas para que haja um bom ritmo de investimentos. A taxa de lucros (alta) é o motor da economia capitalista; qualquer ameaça sobre ela prejudica o ritmo dos negócios, e toda a economia.

A partir desta idéia, o "sacrifício" que se exige ao país só pode ser realizado pelos trabalhadores, pelos que ganham salários. Para as várias correntes burguesas, os trabalhadores têm de entender que a economia capitalista funciona (bem) com salários de fome, mas não com margens reduzidas de lucro. As propostas de "unidade nacional", "entendimento" ou de "pacto social", assim, se reduzem sempre à proposta de desmobilizar e iludir os trabalhadores para que aceitem pagar os custos do funcionamento do capitalismo.

Exemplo disto foi a proposta de que os trabalhadores aceitassem uma redução dos salários para garantir os empregos.

As soluções da crise para os trabalhadores são coisa inteiramente diferente. Nós não somos responsáveis pelos problemas da economia capitalista; não nos comprometemos com a sua defesa. Não aceitamos nenhum compromisso. Nós lutamos para defender nosso nível de vida e para melhorá-lo, para ter condições de vida humanas. Nós lutamos para manter nossos empregos, para melhorar as condições de trabalho, contra a exploração.

Se o capitalismo não pode nos garantir nada disso, nós não podemos assumir a sua defesa. Se a economia capitalista não pode sair da crise sem a nossa colaboração, pior para ela. Se a crise econômica, social e política se aprofunda, seremos capazes de reconstruir a economia e a sociedade, para que funcionem segundo os interesses da maioria da população, e não segundo a lógica do mercado e dos lucros. Não aceitamos sacrificar nossos interesses mais legítimos para salvar o capitalismo decadente.



Polônia

# O Solidariedade convoca greve geral

“ Os registros de sindicatos efetuados antes do dia de entrada em vigor desta lei perdem o seu valor jurídico”. Esta única frase do novo estatuto sindical, aprovado pelo parlamento polonês sob a batuta do general Jaruzelski, significando a proscrição legal do Sindicato Solidariedade, põe a nu a estratégia da burocracia de impor uma derrota definitiva ao movimento operário. Mas o estatuto rompe os acordos de Gdansk de agosto de 1980 também em outros pontos decisivos. Em primeiro lugar, ao invés da formulação dos acordos de Gdansk que “reconheciam o papel dirigente do POUP no Estado”, a nova lei fala que os sindicatos reconhecem “o papel dirigente do POUP na edificação do socialismo (...)”. O direito de greve é completamente limitado pois pela nova lei só poderá ser exercido após um longo processo de conciliação gerido por um tribunal especial onde as autoridades são maioria. E, ainda, após uma votação secreta e majoritária, com um aviso de uma semana de antecedência. Além disso, as greves não podem ter motivação “política” e poderão sofrer a intervenção repressiva do Estado se atentarem contra a “segurança” do Estado.

Ainda pelo estatuto aprovado, o sindicalismo camponês é proscrito. Até o fim de 1983, só poderão ser criados sindicatos de empresa sem ligação alguma entre si. Federações nacionais por ramos só poderão ser constituídas em 1984 e as confederações, apenas em 1985. Finalmente, em casos de violação da lei, são previstas penas de até cinco anos de prisão.

## Resposta aos avanços do Solidariedade

A radicalização jurídica do governo do general Jaruzelski só pode ser compreendida no contexto dos avanços organizativos e do poder de mobilização crescente da direção clandestina do Solidariedade. Logo após o golpe militar de dezembro do ano passado, quatro importantes regionais do Solidariedade (Varsóvia, Wrocław, Cracóvia e Gdansk) foram imediatamente reorganizadas na clandestinidade. Já em abril deste ano, foi formada a Comissão Coordenadora Provisória Nacional do Solidariedade (TKK) composta por Zbigniew Bujak, Bogdan Lis, Władysław Hardk e Władysław Frąsny, representantes das quatro principais regionais. Logo, até mesmo as emissões clandestinas da rádio Solidariedade foram retomadas.

As manifestações de 1 e 3 de maio marcaram um salto de qualidade no ressurgimento do movimento de massas. Centenas de milhares de manifestantes saíram, então, às ruas em defesa do Solidariedade e nos dois meses seguintes greves e manifestações de protesto se generalizaram. Em uma tática que visava acumular forças e evitar confrontos isolados, os líderes do Solidariedade suspenderam as manifestações até o final de julho para permitir formas de ação de consequência mais duradoura.

Sentindo o fracasso na sua estratégia de procurar isolar o Solidariedade, o general Jaruzelski procura esvaziar as reivindicações do sindicato promovendo em julho a libertação de 1.200 presos (centenas de lideranças, no entanto, continuaram detidas e entre elas, Walesa). Ao mesmo tempo, acena com a possibilidade da suspensão da Lei Marcial ao final de 1982.

Convocados pela direção nacional do Solidariedade, novos protestos se reali-

**O novo estatuto sindical aprovado pelo parlamento polonês só pode ser compreendido como uma resposta aos avanços organizativos e do poder de mobilização do Solidariedade.**

**O novo golpe faz a direção do Sindicato avançar em sua compreensão da necessidade de golpear de forma global e profunda o poder da burocracia.**



zam em um processo de radicalização que atinge o seu auge no dia 31 de agosto, data do segundo aniversário do sindicato Solidariedade. As manifestações, segundo admitiu o próprio governo, se espalharam por 54 cidades, localizadas em 34 das 49 províncias da Polônia. A data se transforma em um marco importante na luta de resistência do Solidariedade: a repressão fez cinco mortos, feriu centenas de pessoas, promoveu a prisão de mais de quatro mil pessoas. Choques com as milícias do Estado prosseguiram nos dias seguintes em Wrocław e Nowa Huta.

No mês seguinte, o movimento operário continua a se fortalecer, voltando a desencadear greves de grande impacto nos estaleiros do Báltico, nas minas da Silésia, nas grandes siderúrgicas. A burocracia busca, desesperada, meios para conter o avanço das lutas operárias. Assim, em 2 de setembro abre um processo contra dirigentes do KOR, presos desde dezembro do ano passado. A 16 de setembro, o ministro do Interior afirma “que as autoridades foram repelidas na tentativa

de dialogar com os líderes sindicais clandestinos”.

Os novos estatutos sindicais aprovados pelo Parlamento polonês ocorrem em seguida e provocam novas ondas de greves e protestos, principalmente em Gdansk. A direção nacional do Solidariedade procura organizar este novo enfrentamento convocando para o dia 10 de novembro uma greve geral (ver box).

## A estratégia da auto-limitação

Os acontecimentos mais recentes provocam, sem dúvida, um rude golpe nos planos de estabilização da burocracia. E têm consequências importantes sobre o rumo das diferenciações e debates que se travam no interior do Solidariedade como foi noticiado em EM TEMPO n.º 156.

A diferenciação no interior do Solidariedade é antiga, anterior ao golpe e se relaciona com o próprio alcance político do movimento. Em um primeiro momento, a orientação que presidia a intervenção da maioria das forças com audiência na massa era articulada pela estratégia da auto-limitação.

Preconizada pela Igreja e pela maioria dos assessores da Comissão Nacional e inclusive teorizada por Kuron, esta estratégia partia da inevitabilidade de uma intervenção militar soviética caso o proletariado ameaçasse o domínio da burocracia na Polônia. Sustentava, a partir daí, a necessidade de se limitar ao máximo os confrontos com a burocracia polonesa, de acumular reformas e consolidar o “status quo” alcançado. Defendia a necessidade de se alcançar um entendimento com a burocracia polonesa, baseado no reconhecimento do seu monopólio de poder, “do papel dirigente do POUP no Estado” em troca da concessão de liberdades sindicais e democráticas.

Esta orientação não foi seguida na prática pelo proletariado que para defender cada uma de suas conquistas e obter uma mudança real na sua condição de vida, tinha que fazer novas incursões nas bases de domínio da burocracia. O segundo semestre de 1981 foi marcado por estas contradições, ameaçando o desbordamento dos setores moderados, majoritários na direção nacional, já no Congresso Nacional do Sindicato, obrigando-os a radicalizar seus posicionamentos e discursos. O golpe de 13 de dezembro interrompeu este processo.

## Aprofundam-se as diferenciações

O debate mais recente no interior do Solidariedade, expresso na sua imprensa clandestina e tendo como expoentes Jacek Kuron e Bujak, aprofunda as diferenciações. Partindo da aceitação das três reivindicações imediatas (suspensão do estado de sítio, libertação de todos os prisioneiros e restauração das liberdades sindicais) os dois dirigentes do Solidariedade definem como objetivo estratégico a realização de um compromisso nacional que envolva todos os setores da Nação (o Solidariedade, a Igreja e o Poder), como única forma de tirar o país da crise que enfrenta.

Mas se manifestam diferenças profundas de como obter este compromisso. Kuron, abandonando qualquer ilusão pacifista, afirma que o acordo nacional (e com a burocracia soviética) somente pode ser obtido com o confronto direto com o poder: “à violência que eles praticam, à miséria que nos impõem, uma sociedade sadia responde pela luta... É preciso admitir que a violência só recua perante a violência e anunciar claramente que o movimento não renunciará à utilização da força”. Para este fim, é necessário uma organização de resistência centralizada que “desenvolva imediatamente por todos os meios possíveis, uma agitação entre os soldados e os milicianos... que deve ser a principal tarefa do movimento”. E continua: “a sublevação anunciada pode certamente tomar a forma de uma greve geral ilimitada... se nós não tivermos a certeza que a maioria dos soldados e milicianos cooperarão conosco, a greve deverá ser combinada com o ataque a centros determinados do poder e da informação, de acordo com os soldados e milicianos que se declararam prontos a passar para o nosso lado”.

Bujak, enfático, responde: “a criação de um movimento Solidariedade, sob a forma de uma organização monolítica, que se prepare para travar um combate decisivo, apresenta o perigo de provocar uma nova tentativa de pacificação do povo pelas forças interiores. Mesmo se nós conseguíssemos nos defender, seríamos confrontados com uma intervenção

exterior. Eu considero, portanto, que nós devemos partir do princípio de evitar uma confrontação global com o poder porque ela exporá o país a um grande perigo e nossas chances são mínimas." E propõe: "eu sou partidário de um movimento fortemente descentralizado que utilizará os mais diversos métodos de ação. Apenas tal movimento indefinido e multiforme não será apanhado e será difícil de ser combatido."

#### Crítica às ilusões pacifistas

As posições de Bujak e a crença na possibilidade de se obter um acordo nos termos defendidos por Kuron foram severamente criticados por setores de base do Solidariedade. Assim, no boletim de um grupo de 40 empresas de Varsóvia, encontramos afirmações do tipo: "por que dirigentes de Varsóvia, como Zbigniew Bujak e Wictor Kulerski, associam a resistência passiva que eles preconizam a um baixo nível de organização? Porque, infelizmente, na sua concepção, a resistência passiva é uma ação de caráter simbólico". O boletim Opornik (Resistência), por sua vez, afirma: "não nos resta mais do que a resistência; depois da resistência passiva, a luta armada se torna necessária. Todos os que crêem que o WRON aceitará negociar são ingênuos, para não dizer mais. Para o WRON, negociações equivalerão a um suicídio... Não cedamos às ilusões! O único programa realista para nós é nos organizarmos para um enfrentamento inevitável".

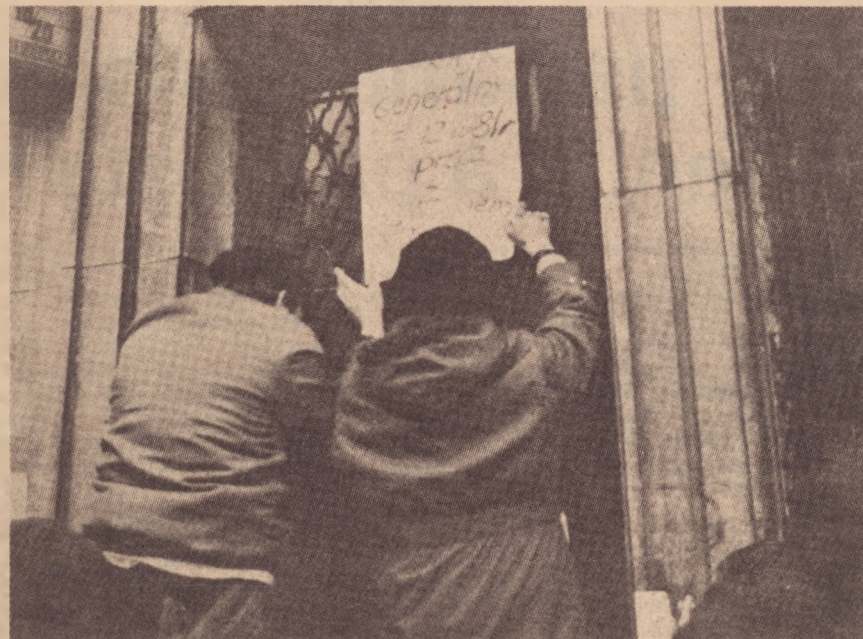
No período mais recente, o debate central passou não mais a abordar a discussão dos objetivos estratégicos do movimento para se concentrar em torno da necessidade ou não da greve geral. E nele, as posições defendidas principalmente por Kuron tendem a se alinhar com as propostas da ala esquerda e dos setores mais combativos do movimento operário que rechaçam a estratégia da auto-limitação.

#### No calor da luta

Em sua edição de 2 de junho, o Tygodnik Mazowsze através de uma entrevista com Romaszewski, membro da direção nacional clandestina, nos dá uma idéia do calor do debate: "devemos preparar a greve geral. Nós temos pouco tempo... ela deverá ser uma greve geral de todo o país, com a defesa ativa das empresas. Em Varsóvia, a greve começaria em vinte ou trinta grandes empresas, as outras apoiando com uma greve de abstenção. As manifestações e passeatas ocupariam, de outro lado, uma parte das forças." Procurando superar os problemas técnicos colocados, Romaszewski prossegue: "devemos constituir células de organização da greve em todas as empresas. Devemos preparar a concepção de defesa das empresas, avisando a direção nacional quando estivermos prontos para a greve... Devemos construir emissores — receptores de ondas ultracurtas para que as fábricas possam comunicar-se entre si e de ondas curtas para as ligações inter-regionais..."

O debate em curso nada tem de abstrato, se processando sob o impacto do dia a dia da luta de classes. É uma luta política que se desenvolve nas mais duras condições: nas prisões, no exílio, na clandestinidade. É muitas vezes perturbada pela repressão como foi o caso da prisão recente de Romaszewski nas manifestações do dia 16 de agosto ou de Frasnikiuk, expoente da corrente mais radical, no início do mês de outubro.

A greve marcada para o dia 10 de novembro não será certamente o último confronto. Mas terá enormes repercussões sobre o progresso da luta do proletariado polonês pela construção da democracia socialista. Nós do Brasil, comprometidos com a luta contra toda forma de exploração e opressão, temos aumentada agora a parcela de responsabilidade na criação de um amplo movimento de apoio ao Solidariedade.



O cartaz chama à greve geral

## A convocação da direção clandestina

Publicamos a seguir a declaração da Comissão Nacional Provisória (TKK) do Solidariedade (direção clandestina), datada de 9 de outubro. Esta declaração é assinada por Bujak (Varsóvia), Lis (Gdansk), Hardek (Cracóvia) e Bednorz (Wroclaw), que substituiu Frasnikiuk, preso em 5 de outubro.

*"A dissolução de todos os sindicatos na Polônia é um ato sem precedentes nos anais das sociedades civilizadas. Por este ato, o WRON (Conselho Militar de Salvação Nacional) reconheceu que ele sofreu uma derrota.*

*O WRON não conseguiu esmagar o movimento sindical e suas tentativas de corromper os dirigentes sindicais mais conhecidos foram infrutíferas.*

*Durante os dez meses do estado de sítio, os trabalhadores demonstraram de forma solidária sua oposição ao regime do general cassetete.*

*A Dieta, nomeada pelos burocratas — a mesma que aceitou, sem protestos, a criação do WRON, cuja existência está em contradição com a Constituição da Polônia Popular, e que ratificou o decreto ilegal do Conselho de Estado, decretando o estado de sítio — decidiu, contra a vontade de seus eleitores, dissolver os sindicatos, que reagrupam 90% dos cidadãos maiores da Polônia. Ela privou-se assim de seu mandato social.*

*O sindicato independente e autogerido Solidariedade não pode ser dissolvido senão pela vontade de seus membros. Nossa organização existe e prosseguirá suas atividades para criar uma República Autogerida.*

*A Comissão Provisória de Coordenação do Solidariedade convoca todos os membros do sindicato, todos os trabalhadores e todos os sindicatos a boicotar os novos sindicatos fantoches. A não adesão a estes sindicatos, constituirá um plebiscito contra a política de repressão, contra a escravização do povo, contra o aprofundamento da miséria social, contra os 37 anos de uma política social e econômica catastrófica.*

*Não boicotar os novos sindicatos significaria trair as idéias do movimento sindical independente. O plebiscito será o primeiro nos anais da Polônia Popular e os governantes não serão capazes de falsificar os seus resultados.*

*Que 10 de novembro, data do segundo aniversário do registro do Solidariedade, seja uma jornada de protesto. Conclamamos todos os trabalhadores, independente de sua filiação sindical, a protestar massivamente em escala nacional contra a violação da lei e a miséria.*

*Em 10 de novembro, nós desencadearemos uma greve de protesto de quatro horas, a partir das 10 horas da manhã. A greve deve ser organizada de modo que seus dirigentes se mantenham desconhecidos. Em todas as empresas, em todas as oficinas e em todas as seções é necessário formar um comitê secreto para a preparação do protesto de 10 de novembro. O desenvolvimento deste protesto traçará o caminho da estratégia futura do sindicato".*

*"Solidariedade é e será, quer isto agrade ou não" (Lech Walesa no primeiro congresso nacional do Solidariedade).*



## América Central

# A ofensiva da guerrilha em El Salvador

Depois de muito tempo de silêncio, a grande imprensa retoma a abordagem sobre a revolução salvadorenha em curso, em função de um grande avanço das forças guerrilheiras aglutinadas em torno à FMLN, denominada de "Ofensiva de Outubro".

Porém, a ofensiva da FMLN não é um processo novo, é apenas a continuação de um trabalho paciente de conquista e manutenção de zonas liberadas no território salvadorenho. Nos últimos meses, gradual mas firmemente as tropas guerrilheiras têm aumentado bastante o controle sobre zonas inteiras de províncias como Usulután e Chalatenango, sempre com grande apoio da população civil, e

enfrentando tropas diretamente armadas e treinadas pelos EUA, como o batalhão Atlacatl, especializado em luta anti-guerrilha.

Nesse último avanço, segundo a rádio Venceremos da população rebelada, mais de 250 soldados foram mortos ou gravemente feridos. As próprias fontes governamentais admitem que nos seis primeiros meses deste ano sofreram quase noventa por cento das baixas de todo o ano anterior, apesar do grande incremento na ajuda militar norte-americana.

Ainda segundo a rádio Venceremos, nos últimos dias a guerrilha salvadorenha apoderou-se de diversas localidades, como Las Vueltas, El Jicaró e San José de Las Flores,

executando, ao mesmo tempo, um movimento de rotação, distribuindo suas ações por uma área bastante ampla para assim dificultar a ação das tropas governamentais, apoiadas por bombardeiros A-37, fornecidos pelos EUA. Paralelamente ao incremento das ações militares contra o governo chefiado por Roberto D'Abuisson, a FMLN tem aumentado em muito a importância da própria rádio Venceremos como porta-voz de uma alternativa política de liberdade para os trabalhadores de El Salvador. Na última semana, a rádio levou ao ar um discurso do vice-ministro da defesa, Francisco Adolfo Castilho, capturado pela guerrilha ao ter seu helicóptero destruído pelo fogo da FMLN.

Para comemorar a primeira aparição em público do mais alto oficial já capturado durante a guerra civil, a FMLN derrotou as guarnições militares das localidades de Santiago María, Los Ranchos, Nuevo Trinidad e San Miguel de Mercedes, na província de Chalatenango, e Perquin, Torola e San Fernando, na província de Morazán. Com esta ofensiva, a guerrilha passa a controlar a metade das duas províncias, praticamente dividindo o país em dois.

Com este ataque a ofensiva passa, mais uma vez, às forças rebeldes que concentram forças para o golpe final no governo e na sangüinária repressão imposta ao povo salvadorenho.

## Nelson Sá O parlamentarismo é estranho à proposta do PT

Nelson Sá é candidato a deputado estadual pelo PT no Vale dos Sinos, Rio Grande do Sul. Trabalhador na indústria do calçado, perseguido pelos patrões que o puseram em sua lista negra. Hoje é vice-presidente da FRACAB (Federação Rio-grandense de Associações Comunitárias e de Amigos de Bairro) e presidente do Diretório Municipal do PT em Novo Hamburgo.

— A um mês das eleições, como está a campanha do PT no Vale dos Sinos?

Nelson — A nossa campanha tem sido coletiva desde o início. Nós já tiramos três boletins com todos os candidatos a vereador em Novo Hamburgo. Tiramos um programa unitário pegando questões específicas do município. O nosso trabalho no Vale é antigo e na campanha ele tem crescido. Temos feito dezenas de reuniões com os trabalhadores na periferia e a discussão não fica só na questão eleitoral, partidária. Nós fazemos também a discussão sindical e comunitária. Durante toda a campanha vimos trabalhando, por exemplo, na constituição e fortalecimento de duas oposições sindicais. Uma é no sindicato do calçado, e outra na construção civil. Os trabalhadores até nos procuram para discutir isso porque reconhecem os militantes do PT como gente de briga.

— Quais as dificuldades que o PT vem encontrando em sua campanha?

Nelson — A região do Vale se caracteriza pelo abuso do poder

econômico por parte dos candidatos dos partidos burgueses. Na eleição passada foi o Strassburguer, das alpargatas Franciscanas, hoje candidato a vice-governador pelo PDS, que deitou e rolou. O esquema agora está sendo usado pelos três partidos.

O PMDB na prefeitura não fez diferente que qualquer um do PDS. O Prefeito Rietzel é dono de três indústrias de calçado e candidato a deputado estadual. E a gestão dele se caracterizou pelo boicote ao movimento comunitário e sindical, chegando ao ponto de expulsar comissões de moradores de dentro da prefeitura. Agora, os funcionários da prefeitura, inclusive companheiros que são do PT, estão sendo pressionados com ameaças de demissão a distribuir o material de propaganda do PMDB, inclusive durante o horário de trabalho.

— O PT tem se fortalecido durante a campanha ou, como em outros estados, as estruturas partidárias foram debilitadas?

Nelson — Nós temos encontrado dificuldades de reunir e manter o funcionamento normal dos núcleos. Isso não quer dizer que não exista discussão, que o PT não continue funcionando como um partido. O período eleitoral é excepcional e nós temos de ser ágeis e encontrar as maneiras de atuar enquanto partido nestas situações. A campanha unitária, feita coletivamente, tem permitido isso e fortalecido o PT e a sua proposta de organização. Há um sentimento geral de que após

quinze de novembro, inclusive aproveitando o espaço político aberto durante a campanha, precisamos encaminhar um processo intenso de nucleação.

E isso até porque nós temos consciência de que o que vai garantir a implementação do programa, das propostas do PT, é a organização pela base. Em todas as nossas propostas, uma é essencial: a participação decisiva dos trabalhadores. Do contrário, sem nucleação, sem o fortalecimento da organização independente dos trabalhadores, os parlamentares e prefeitos eleitos tenderão a fazer as coisas pela própria cabeça. Se acontecer, isso poderá ser o começo do fim do PT porque o PT estará sendo igual aos partidos burgueses no que diz respeito ao método parlamentarista. E o parlamentarismo é estranho à proposta do PT e nocivo à construção do partido.

Outra questão importante é a reorientação radical dos recursos públicos para os setores populares. Nós defendemos uma aplicação de recursos inversamente proporcional ao nível de renda dos bairros. Hoje, a prefeitura gasta milhões em luxo para os bairros ricos enquanto as vilas não recebem nenhuma assistência. A deliberação sobre onde aplicar o dinheiro, de qualquer forma, será discutida com os trabalhadores. Nós propomos a criação de um Conselho Popular, com base nos sindicatos, associações de moradores e profissionais para deliberar sobre o assunto.

## Manoel Severino Unindo a cultura à política

Aqui, a experiência e as propostas de Severino, paraibano, favelado, e candidato a vereador pelo PT no Rio de Janeiro.



— Manoel, como é que você entrou para o PT?

Manoel — Em primeiro lugar, a minha experiência política é muito recente. Eu comecei a participar de alguma maneira em 79 num grupo cultural que tem em Higienópolis. Este grupo reunia umas 40 pessoas e estruturamos algumas peças com dramatização, música e poesia. Uma destas peças colocou a gente muito em contato com a história que estava acontecendo, as mobilizações operárias. No início de 80 entramos para o PT. A discussão então foi para saber qual a melhor forma de contribuir para a construção do PT: se através do trabalho cultural ou do trabalho nas comunidades de moradia, já que nós não tínhamos uma experiência sindical.

— E qual foi a opção?

Manoel — Quando entrei para o PT, começamos a participar das lutas, a formar uma opinião política, a perceber a importância do trabalho na comunidade. Nós fizemos

muita filiação para o PT em Vila Cruzeiro e queríamos um saldo organizativo. O importante não era só legalizar o PT, era importante ter um núcleo na comunidade. Ele foi criado e é onde participo até hoje. Foi deste núcleo que saiu a minha indicação para vereador do PT no Rio de Janeiro.

— E a sua campanha só fica dentro de Vila Cruzeiro?

Manoel — Não. Aqui na zona da Leopoldina eu sou apoiado pelos núcleos de Cultura, de Tomás Coelho, de Vila da Penha, além de grupos de pessoas que me apoiam em outros locais de moradia. A nossa candidatura tem tido uma boa aceitação nas universidades.

— Em torno de que gira a sua campanha eleitoral?

Manoel — Foi uma discussão muito grande, muito intensa. Um processo rico. O PT conseguiu entrar nestas eleições de maneira unificada a nível nacional com a nossa plataforma que traz bandeiras centrais para a luta dos trabalhadores. Acredito também que nestas eleições cada candidato tem uma experiência de participação política que o leva a destacar alguns pontos para a propaganda eleitoral. No meu caso é o que diz respeito à questão de favelas. Sou paraibano e quando vim pro Rio foi para morar em favela. Apoiei a chapa União dos Favelados nas eleições da Federa-

ção contra os pelegos. A questão da discriminação racial, colocando este tema nos locais onde tem a maior concentração de população negra, que é nas favelas. Por exemplo, no dia em que Lula esteve no Rio, os jornais traziam uma foto de trabalhadores negros e favelados com uma corda no pescoço e o policial os segurando. É preciso lutar contra a discriminação racial, organizar e fortalecer a luta dos negros onde eles estão. O outro ponto é sobre a minha experiência também quanto ao trabalho cultural. Difundir este tipo de prática, lutar pela criação de centros culturais, espaços onde os trabalhadores e a juventude possam se encontrar, produzir e auto-gerir teatro, música, cinema e tudo o mais que se queira. Outro ponto chave para a campanha são as reivindicações mais justas e mais sentidas pelo movimento operário e popular. Por exemplo, aqui na Leopoldina tem muitas fábricas. Será excelente termos em cada fábrica militantes do PT organizados. O PT aqui no Rio precisa aumentar em muito sua inserção na classe operária. Uma coisa é importante ficar claro, em nossa campanha relacionamos as reivindicações específicas com o fim da ditadura militar porque é ela a grande responsável pela situação de miséria em que vivemos e é esta ditadura que tenta amordaçar e amarrar os trabalhadores.

## Manifesto Não à coalizão com Brizolá

O crescimento de Brizola no Rio vem atestar a profunda rejeição da população fluminense à farsa representada pelo PMDB chaguista. A ilusão apregoada pelos reformistas de que a maior legenda de "oposição" seria o canal natural da insatisfação popular não resistiu a uns poucos debates na TV. O caráter subserviente da "frente democrática" ficou exposto, com mais facilidade do que em outros estados, dada a presença no governo estadual de um governador de "oposição" que nada fez para alterar as condições de vida do povo, ao contrário.

Atesta, também, a pequena experiência de organização dos trabalhadores e do povo no estado. Pois, é a partir desta base social que vão se formando as correntes de opinião em torno aos candidatos. O apelo populista de Brizola teve audiência porque, dado este nível de consciência, não encontrou um combate político à altura do PT.

Mas o "fenômeno" Brizola começa a sofrer questionamentos importantes, ao nível do movimento popular organizado. O PT tem conseguido mostrar o acordo celebrado entre Brizola e a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. De outro lado, o caudilho não tem como responder ao coro terrorista da direita e dos peemedebistas de que sua vitória levaria a um "retrocesso"; pois para isso teria que se propor a mobilizar as massas que o apoiam para garantir sua posse, o que inevitavelmente o levaria a uma pregação antiditatorial clara. E isto não está nos planos conciliadores de Brizola.

Mas ao nível mais geral, o engodo populista ainda bate fundo. Aí, frente aos questionamentos colocados pelo PT — que exigem um mínimo de discussão — os militantes brizolistas tentam desarmar-nos dizendo que a proposta do PT é boa mas sem chance eleitoral, que o PT é um partido "irmão" e que estarão juntos (no governo) depois das eleições.

**Rejeitar o populismo**

Frente a esta conversa cinica, a resposta do PT tem que ser ofensiva e ousada: é preciso dizer, como Lula a Montoro, NÃO à coalizão com partido que concilia com a exploração dos patrões. E esta é uma resposta que tem de ser de todo o partido e da sua direção, em alto e bom som, e não apenas de nossa e outras campanhas proporcionais. Mesmo que esta seja uma questão a ser debatida numa plenária do partido após as eleições, os fundamentos e o programa do PT nos autorizam este posicionamento agora, pois a proposta populista de Brizola fere as definições elementares do PT.

Nós, do PT, temos que ter clara nossa tarefa principal agora: se as massas deram um passo à frente rejeitando a falsa oposição chaguista, cabe ao PT auxiliá-las no passo seguinte, na rejeição do populismo revivido e no assumir do único projeto válido para elas: a sua constituição em força autônoma, organizada e independente dos patrões. José Emídio — candidato a deputado federal  
Rosalice Fernandes — candidata a deputada estadual  
Manoel Severino — candidato a vereador no Rio de Janeiro

## Nova Iguaçu Rumo à construção do Conselho Popular

Flávio Vasconcelos\*

O Movimento Amigos de Bairro de N. Iguaçu, federação que reúne 58 associações filiadas e outras 50 em processo de filiação, realizou um importante debate entre os candidatos a prefeito de N. Iguaçu, aos quais submeteu uma carta compromisso contendo um conjunto de reivindicações do movimento de bairros. Entre elas a defesa do Conselho de Entidades Populares para definir as prioridades e fiscalizar a administração municipal.

Dos treze candidatos, apenas cinco compareceram. A ausência dos candidatos do PDS, mostra simbolicamente o que eles tem a dizer aos trabalhadores: nada. A mesma coisa vale para os faltosos do PTB, PDT e PMDB. Mesmo assim estavam lá para serem questionados dois candidatos do PMDB, um do PTB, um do PDT e o do PT, Ismael Lopes.

Em vários pontos os demais partidos se colocaram de forma muito diferente, antagônica mesmo ao movimento e ao PT. Por exemplo, só dois candidatos, Ismael do PT e um do PMDB, subcreveram o documento básico do MAB. No entanto, o candidato do PMDB

que subscreveu, Ivo, não titubeou em defender que um proprietário "tem o direito de ter quanta terra quiser", desde que pague impostos mais caros. O PT propõe a cobrança progressiva de impostos, mas não para manter intacto o direito patronal à propriedade. Do mesmo modo, ninguém repetiu Ismael Lopes, quando defendeu não só o fim dos lucros tirados com base na doença e na especulação, mas também toda a exploração patronal.

Ao PT coube mostrar as responsabilidades do chaguismo na contida situação de miséria da população. O candidato do PMDB, Ivo, que já teve uma participação no movimento de bairro, se manteve calado, pois não podia atacar Chagas, seu companheiro e chefe de partido.

Mas a maior lição deste debate foi a de provar que é possível ter em nosso município um Conselho Popular, pois o movimento organizado dos trabalhadores nos bairros é capaz de tratar dos assuntos de seu interesse e de apontar medidas para os problemas vividos.

\* Flávio é candidato a vereador pelo PT em Nova Iguaçu.



# Construir o PT como partido de combate da classe operária

O que os trabalhadores esperam, o que as grandes massas do país precisam é que o PT seja alavanca e direção de suas lutas.

**O**s trabalhadores brasileiros têm pela frente dias extremamente difíceis. Esta previsão está assentada sobre o fato de que a crise econômica está se agravando e que, frente a isso, o governo tomará medidas profundamente danosas para a classe trabalhadora.

O desemprego, que tem se convertido no maior inimigo da classe operária, será bastante aumentado com as medidas recessivas anunciadas pelo governo (como a restrição do crédito bancário e das importações de máquinas e equipamentos, a diminuição dos gastos e investimentos estatais). Com a diminuição dos subsídios concedidos à agricultura, os preços dos alimentos deverão se acelerar. Se não bastasse isso, há a proposta de reformulação da política salarial vigente retirando-se a garantia de que semestralmente o salário será reajustado de acordo com os índices inflacionários.

A implantação destas medidas dependerá basicamente da capacidade dos trabalhadores se mobilizarem contra elas, forçando o recuo do governo e propondo medidas para resolver a crise que ataquem os lucros dos patrões.

## As eleições e a conjuntura

Neste período decisivo, a conjuntura política do país estará marcada ainda pelo impacto dos resultados eleitorais sobre as diversas forças. Pelas informações e avaliações que é possível fazer no momento, os resultados eleitorais devem ter três marcas principais: a ditadura deverá ser derrotada nos estados mais industrializados e populosos do país, perdendo ainda a maioria na Câmara; o PMDB, apoiado em uma poderosa máquina eleitoral e se beneficiando do fato de expressar as ilusões sobre a possibilidade de mudanças importantes no sistema pela via eleitoral e parlamentar, deverá obter as maiores vantagens eleitorais entre os partidos ditos de

oposição; o PT terá um notável avanço de sua influência política, com a eleição de muitos parlamentares, uma sensível melhora das condições materiais em que vem operando.

Mesmo sofrendo uma importante derrota eleitoral e vendo o seu campo de manobras ser reduzido por conta da crise econômica, a ditadura deve tomar várias iniciativas no sentido de canalizar as ilusões democráticas que a realização das eleições certamente fará crescer. Procurará estabelecer acordos e diálogos com os governos de oposição moderada eventualmente eleitos; procurará, como já anunciou, transformar o Congresso em um palco de negociações sobre mudanças superficiais na Constituição.

Nestas iniciativas, a ditadura será beneficiada ainda pela provável instabilidade no quadro dos partidos. Setores mais moderados do PMDB e vinculados ao ex-PP têm prosseguido, mesmo durante o período eleitoral, na articulação de um "partido liberal"; as principais lideranças do PDT que devem sair com algum fôlego após a provável votação expressiva de Brizola no Rio, anunciam publicamente a disposição de fundar um partido "socialista" (na verdade, com características social-democráticas) e dirigem o seu apelo a setores de esquerda do PMDB e ao próprio PT. O PMDB, partido provavelmente mais fortalecido pelos resultados eleitorais, será pressionado para se dividir à esquerda e à direita.

## Pacto social

Será, no entanto, no campo sindical que a ditadura deverá realizar o melhor dos seus esforços para obter um pacto que amortecia a repercussão política das medidas anti-operárias que visa implantar. Como principal interlocutor, desse pacto, o governo conta com os setores sindicais pelegos, moderados e reformistas que advogam a tese de que os trabalhadores devem estabelecer compromissos com

a ditadura, evitando uma radicalização que poderia comprometer o prosseguimento da abertura. Estas correntes hoje tomam a iniciativa de procurar, através do apoio de federações e confederações, centralizar o movimento pelas cúpulas do sindicalismo atrelado, para poder falar em nome do conjunto da classe trabalhadora.

O bloco dos sindicalistas combativos, apesar de beneficiados pela continuidade das lutas operárias e por resultados favoráveis em eleições sindicais, tem apresentado dificuldades de se opor à estratégia dos pelegos e reformistas. Atuando de modo desarticulado, sem um projeto claro de construção da central única e de unificação das lutas, facilita as manobras que visam a implantação de um pacto social.

Mesmo neste quadro, é bastante improvável que se consiga impor um pacto aos setores mais combativos do movimento operário. A derrota eleitoral da ditadura, o crescimento da influência e da força do PT, o agravamento da crise, tudo isto concorre no sentido de uma retomada mais ampla das mobilizações.

## Um partido de combate

Nunca serão tão grandes as expectativas e desafios colocados perante o PT. Ele é hoje, sem dúvida, a força política que reúne os militantes e ativistas com mais capacidade e reconhecimento para vanguardar um processo nacional de mobilização dos trabalhadores. É a única força que pode servir de contrapeso às propostas de conciliação, às ilusões propagadas pelos partidos da oposição burguesa.

Organizar a parcela mais avançada do movimento a partir de uma compreensão global dos problemas colocados pela atual situação e dos meios para se avançar na construção de uma nova sociedade é a principal tarefa do partido. Cumprirá, assim, um papel não apenas passivo, de mero canal de expressão político-institu-

cional (eleitoral) do movimento mas um papel de animador, impulsionador e orientador de suas forças. O partido deve se propor a ser uma alavanca e uma direção do movimento.

Se estas possibilidades estão abertas ao partido, é necessário reconhecer que hoje concretamente ele está muito despreparado, política e organizativamente, para cumprir este papel. A corrida eleitoral inevitavelmente deixou suas marcas, diluindo as estruturas do partido em estados chaves como São Paulo e outros, reforçando a desunificação do partido.

É imprescindível que o PT defina linhas políticas claras que orientem a intervenção de seus militantes nos diversos movimentos sociais e, particularmente, no movimento sindical. Deve sobretudo organizar e disciplinar seus militantes para aplicar, de forma unificada, estas linhas através de núcleos por categoria, local de trabalho e frente de massa, plenárias e encontros sindicais que centralizem todo este trabalho.

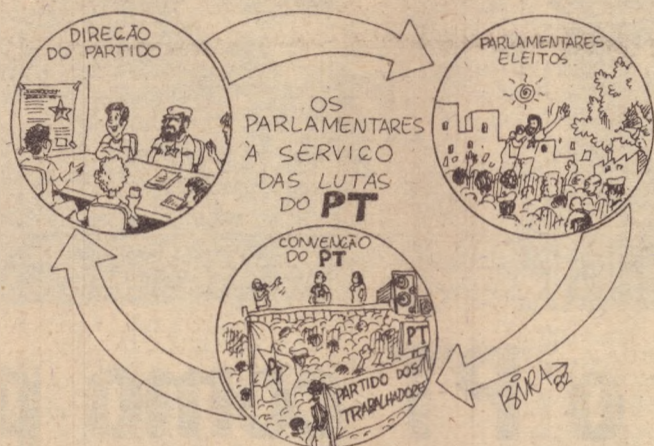
Assim, em nome das expectativas de milhões de trabalhadores que depositam as suas esperanças no PT, da própria origem do partido que nasceu das lutas operárias, da compreensão de suas responsabilidades políticas, devemos jogar todo o nosso esforço no período pós-eleitoral para construir o PT como partido de combate.

O PT já definiu que não tem a ilusão de que, sob o regime militar hoje imperante, as massas possam obter melhoras, mesmo que limitadas, em sua situação de opressão e exploração. Propôs-se a ser o instrumento principal da luta pela derrubada da ditadura e para a implementação das reivindicações populares sintetizadas no trinômio Terra, Trabalho e Liberdade. Não será com um partido frouxo, descentralizado e não engajado de forma viva e direta nas lutas que os trabalhadores alcançarão seus objetivos.

# NOVAS TAREFAS NA CONSTRUÇÃO DO PT

## Um estrito controle dos parlamentares eleitos

Os riscos do parlamentarismo devem crescer com o fortalecimento das bancadas do PT. O desafio é fazer com que os parlamentares toquem o ritmo definido pelo partido e não o contrário.



A eleição de centenas de vereadores e de dezenas de deputados estaduais e federais por todo o país será certamente um fato de dimensões muito importantes para o futuro do partido. As suas propostas políticas terão maior ressonância, as denúncias da violência e exploração serão ampliadas. Mais ainda, as condições materiais para a construção do PT passarão por uma melhora significativa.

Mas, de maneira nenhuma podem ser desconhecidos os riscos que o fortalecimento das bancadas parlamentares do PT trazem. Este será um problema novo que o partido deve necessariamente enfrentar já logo após o período eleitoral.

Apesar de já prevista na Carta Eleitoral do PT aprovada na reunião do Diretório Nacional realizada no dia 30 de janeiro deste ano (no item "Compromissos do candidato com o partido"), a subordinação dos parlamentares às instâncias do partido não se dará sem choques. Várias das normas de unificação da campanha previstas na Carta Eleitoral foram precariamente cumpridas quando não flagrantemente desrespeitadas; as direções estaduais do partido sofreram um forte processo de diluição, particularmente nas regiões onde uma grande parcela de seus membros foram escolhidos como candidatos; a desunificação da campanha certamente fez aumentar o processo de diferenciação política interna do partido.

Outro grande risco se refere à própria dinâmica que terá o partido

no período pós-eleitoral. Os parlamentares orientarão a sua atuação a serviço da atuação dos militantes do PT no movimento operário-popular ou as instâncias do PT serão atraídas para uma dinâmica parlamentarista? Esta preocupação fica ressaltada com a constatação de que o PT não tem hoje vínculos organizados partidariamente com nenhum movimento, particularmente o sindical.

O período pós eleitoral será também marcado pelas propostas de conciliação dos partidos da oposição burguesa. O que também reforçará o apelo parlamentar.

### Controle dos parlamentares

Estas razões são suficientemente fortes para que defendamos com toda ênfase no período pós-eleitoral que os parlamentares devem tocar o ritmo definido pelo partido e não o contrário. A tradução deste

princípio, em termos orgânicos, é imediata. A bancada dos deputados federais e eventuais senadores do PT deve estar subordinada à direção nacional; a dos deputados estaduais às respectivas direções estaduais e o mesmo ao nível municipal. Implica, em segundo lugar, que os recursos do mandato, especialmente as disponibilidades materiais conferidas aos parlamentares, devem ser socializadas para uso do partido, a partir de sua direção.

Além disso, o PT, que não é uma frente como o PMDB, pode e deve buscar mecanismos de coordenação e unificação das suas bancadas bem mais rígidos. O que certamente aumentará a eficácia da intervenção parlamentar do partido.

A preocupação em estabelecer medidas de controle e subordinação dos parlamentares às instâncias de direção do partido não terão efeito prático se não forem combinadas com uma série de esforços para azeitar o funcionamento do PT como partido e desenvolver a sua democracia interna.

Além da reconstituição das direções nos vários níveis, ocupam aí um lugar particularmente importante a estruturação das secretarias (que na maioria das vezes têm tido uma existência formal), o fortalecimento do jornal do PT como referência para o conjunto da militância petista.

Finalmente, se avaliarmos que o PT terá que conviver internamente com divergências importantes sobre os rumos de sua construção, é imprescindível que sejam aprofundados os mecanismos pelos quais a democracia interna do partido se processa, com as convenções, as plenárias de militantes, os encontros nacionais de delegados que atuam em áreas definidas como o movimento sindical, o movimento estudantil e o movimento de mulheres.



## Rumo a opções decisivas

O PT sofrerá pressões à direita e à esquerda. E as definições políticas que o partido tomará em suas próximas convenções pesarão decisivamente em seu futuro.

Existem hoje limites objetivos colocados tanto à direita e à esquerda para a evolução do PT na próxima conjuntura. Limites que tem a sua razão de ser diante da realidade do PT como partido de massas, integrado por expressivos setores da vanguarda combativa do movimento sindical e popular.

Um processo de social-democratização do partido continua a ser remoto. A cooptação mais profunda de setores expressivos do movimento sindical exigiria a formação de uma aristocracia operária, de um capitalismo com muito mais vitalidade que o capitalismo brasileiro apresenta, particularmente neste período de crise: Um processo de parlamentarização do partido, além de se voltar contra a origem classista do PT, implicaria em um acomodamento numa legalidade institucional ainda precária e limitada. O partido também dificilmente capitularia diante de um pacto social com a burguesia a menos que o movimento sindical combativo passasse por derrotas decisivas e desmoralizantes. Processos como estes provavelmente levariam até mesmo à quebra do PT.

À esquerda, a transformação do PT em um partido revolucionário exigiria, em primeiro lugar, um processo profundo de radicalização do movimento de massas e do movimento operário em particular. Exigiria também uma vanguarda operária amadurecida, quadros formados em uma profundidade e extensão razoavelmente superior ao que existe hoje no interior do partido.

Entre estes dois limites há muitas possibilidades. Elas dependerão em larga medida das propostas políticas, dos caminhos que o partido optará por trilhar em suas convenções.

Mas uma coisa é certa: pela própria heterogeneidade social e política do partido, haverá divergências fortes sobre os rumos a serem seguidos. Haverá setores que se sentirão seduzidos pela proposta de participação em governos de coalizão; outros (certamente minoritários) podem ser corrompidos. Parlamentares eleitos resistirão a uma centralização de suas atividades e dos recursos de que dispõem por considerar o partido como uma frente ou simplesmente por caudilismo. A transformação do PT em um partido de combate

estarrará ainda em fortes obstáculos, desde aqueles de concepção política até materiais.

### O PT e o partido revolucionário

As eleições acelerarão o processo de diferenciação interna do partido. No plano ideológico, a luta para que o partido absorva os princípios fundamentais do marxismo, a referência na revolução proletária e o desenvolvimento de correntes revolucionárias de quadros em seu interior jogarão um peso decisivo. São estes os únicos elementos que poderão dar mais estabilidade à estruturação do PT enquanto um partido revolucionário.

O desenvolvimento destas correntes não pode se dar, no entanto, à margem dos desafios colocados à construção e à intervenção política do partido. Pelo contrário, elas terão que se desenvolver fundamentalmente em relação com o esforço de construção do partido a cada etapa.

A corrente que se marcou pela defesa do PT classista (um partido sem padrões) e, num segundo momento, lutou contra os que propunham coligação com os partidos burgueses (antes da lei que estabeleceu o voto vincu-

lado nas eleições); que defendeu a construção do PT através de núcleos e convenções democráticas, que postulou a concepção do partido contraposta à idéia de uma frente de correntes em torno a uma sigla; que defendeu a definição do PT pelo socialismo como a continuação dos princípios clássicos do marxismo contra a concepção social-democrata ou stalinista tem diante de si novas tarefas.

A nova situação política colocará as polémicas em um novo quadro: Aqueles que defendem uma estratégia frente-populista defenderão a participação do PT nos governos de coalizão; outros colocarão entraves a uma maior coesão organizativa do PT, defendendo a concepção que ele não deve dirigir os movimentos mas expressá-los.

A defesa da ênfase na recomposição dos organismos da base à direção do partido, da subordinação dos parlamentares, da não participação em governos de coalizão, da absoluta priorização da intervenção sindical constituem os pontos mais importantes ao redor dos quais os revolucionários se aglutinarão na próxima etapa de construção do partido.

Depois de passar muitos meses envolvido com as eleições, as ligações do PT com o movimento sindical estão extremamente débeis. Para avançar agora é necessário voltar a esta origem e aprofundá-la.

## Um giro ao movimento sindical

Depois de passar muitos meses envolvido no processo de legalização, e outros mais cuidando do processo eleitoral, as ligações do PT com o movimento sindical estão muito tênues. As conseqüências disto são muito negativas. Os militantes petistas não pararam de atuar no movimento sindical, evidentemente; mas têm estado pouco articulados, desunificados.

Não foram apenas o esforço da legalização e depois o esforço eleitoral que impediram a intervenção sindical do PT. Esta sempre foi frouxa, desarticulada. De fato, muitos militantes sindicais do partido, e em geral os que têm mais peso, não procuram construir a linha sindical do partido e não respeitam as suas deliberações, quando existem. O Encontro Nacional de Sindicatos do PT, realizado em julho deste ano, teve uma participação pequena; e boa parte dos sindicalistas do PT não levou em conta as suas orientações.

Razões básicas desta atitude, e da ausência da intervenção do PT como partido no movimento sindical, são a difusão da concepção de que o PT deve ser um "partido que representa os movimentos sociais" e de um entendimento da autonomia do movimento que exclui a intervenção dos partidos. Que significa a concepção de um "partido que representa os movimentos sociais"? Na verdade, um partido que representa esses movimentos no plano institucional e parlamentar, isto é, um partido parlamentarista, que não organiza a classe para o seu combate.

Certamente não é deste partido que os trabalhadores brasileiros estão precisando. Não será pela expressão das lutas populares no parlamento ou junto ao Estado que elas avançarão, e seus objetivos serão atingidos, embora esta expressão possa cumprir um papel importante. Estes objetivos só serão conquistados, fundamentalmente, pelo desenvolvimento das próprias lutas, pelo fortalecimento da organização independente dos trabalhadores e demais setores populares.

### Os descaminhos do autonomismo

Outra questão que costuma ser levantada é que, se um partido define uma linha sindical e atua de acordo com ela, estará violando a autonomia do movimento.

Na verdade, respeitar a autonomia do movimento sindical significa respeitar suas instâncias de decisão, sua democracia, seu caráter unitário, defender os interesses do movimento. E a intervenção de um partido significa unificar os seus militantes, dar-lhes uma orientação comum, defender estas orientações nas instâncias do movimento. As duas coisas não se opõem, de nenhuma maneira. Pelo contrário, se completam, com a única condição de que o partido respeite as decisões tomadas segundo a democracia do movimento.

Um partido não deve aparelhar um sindicato. Isto não quer dizer que não deva ter uma política para o sindicato, mas apenas que esta política deve ser submetida às instâncias dirigentes do



sindicato (diretoria, assembleias, congressos), abrindo-se a participação para todas as correntes presentes no movimento defenderem suas propostas.

Se o partido não unifica seus militantes em torno de uma linha definida, estes atuarão desorganizadamente e perderão grande parte da sua força, da sua capacidade de influência. Ou então esta unificação se dará por meio de reuniões de dirigentes, ou de reuniões de correntes sindicais, como tentou fazer a ANAMPOS. Reuniões de sindicalistas, ou a organização de correntes sindicais são importantes, pois o PT não pode pretender abarcar todo o sindicalismo combativo. Mas não podem servir para anular ou enfraquecer a definição das posições do próprio partido.

Neste terreno, aliás, os reformistas dão um exemplo. São eficientes na sua intervenção enquanto partidos, conseguem unificar as posições dos diversos partidos ou grupos que compõem a sua corrente, juntamente com os pelegos. Não é o fato de se unificarem para intervir com eficácia que devemos criticar na sua atuação sindical (é curioso que eles, clinicamente, falem contra a intervenção dos partidos no movimento sindical). O que criticamos é que se articulem contra os interesses do movimento, que não respeitem sua democracia etc.

Além da construção de núcleos por categoria e da definição de uma linha de intervenção ativa nos movimentos (uma coisa não poderá se dar sem a outra), outra questão crucial para a construção do partido prosseguir como partido operário, como partido de combate, será a composição das direções, nos diversos níveis.

### Giro ao movimento sindical

Por estas razões o PT deverá dar um giro após as eleições, e se voltar para organizar a sua intervenção sindical e nos movimentos populares, ativando os núcleos por categoria, realizando encontros de sindicalistas do partido e definindo uma orientação nacional unificada. Isto será fundamental para que ele possa impulsionar o bloco combativo no movimento sindical, construir a CUT pela base, derrotando as manobras burocráticas dos pelegos e reformistas.

Mas o giro em direção ao movimento sindical do PT é decisivo também para a construção do próprio partido, como partido operário de combate, para a superação das tendências parlamentaristas que se intensificaram na campanha eleitoral e se reforçaram depois das eleições.

A origem do PT é o movimento sindical. Até agora, foram seus vínculos com o movimento sindical, sua identificação com a vanguarda de trabalhadores formada nas lutas desenvolvidas nos últimos anos que lhe permitiram avançar politicamente. Para avançar agora, é necessário voltar a esta origem, e aprofundá-la.

O PT é o partido com o qual se identificam os trabalhadores mais avançados no país. Mas o PT ainda tem de se transformar no partido dirigente das massas proletárias, de todo o movimento popular, organizando um número muito maior de militantes no seu interior e aumentando o seu reconhecimento, adensando seus vínculos com a classe operária: Não há outro método para realizar esta tarefa senão a participação nas lutas dos trabalhadores, para o que a intervenção no movimento sindical e nos movimentos populares é imprescindível. De fato, é nesta questão que se decide o futuro do partido.

Além da construção de núcleos por categoria e da definição de uma linha de intervenção ativa nos movimentos (uma coisa não poderá se dar sem a outra), outra questão crucial para a construção do partido prosseguir como partido operário, como partido de combate, será a composição das direções, nos diversos níveis.

Por esta razão, defenderemos que os sindicalistas continuem a ocupar um lugar de destaque nas direções do partido, que ampliem esta participação. Esta é uma outra maneira de incentivar que as questões do movimento sindical, e a ligação mais direta com a luta da classe, orientem o trabalho dos dirigentes do PT.

## Compromissos do candidato com o partido

\*a - A atuação política dos chefes de Executivo e parlamentares do PT, os planos de ação e os critérios de aplicação de recursos serão submetidos aos órgãos partidários correspondentes;

b - a iniciativa de projetos de lei será de organismos partidários ou de parlamentares submetidos sempre à ampla discussão das bases;

c - a contratação de assessores se fará ouvindo as direções partidárias executivas;

d - a indicação de lideranças de bancadas parlamentares será feita ouvindo os diretórios das respectivas instâncias partidárias;

e - a nível federal e estadual, os parlamentares e membros do Executivo eleitos pelo PT contribuirão

financeiramente com o partido em pelo menos 40% de seus proventos. A nível municipal, a fixação da porcentagem estará a cargo do diretório local, ficando reservada à direção nacional a competência para examinar o critério que vier a ser estabelecido.

Essas normas devem ser rigorosamente observadas dentro do Partido dos Trabalhadores de modo que possamos evitar entre nós o joio do oportunismo, do vanguardismo, do eleitoralismo, do manobristismo político, do aparelhismo e construir um partido que mereça a total confiança dos trabalhadores (...)

Diretório Nacional do PT  
30/01/82





Guilherme Romão

## Não queremos nada com estes senhores

Um problema novo que terá de ser enfrentado pelo PT depois das eleições será a relação com alguns dos governos estaduais dos partidos "de oposição" ao governo federal, do PMDB ou do PDT. Alguns destes governos serão apoiados por setores do movimento operário (reformistas, que participam do PMDB), que poderão inclusive participar diretamente deles. Estes governos terão uma relação diferente com o movimento operário e popular do que a mantida pela ditadura e pelo PDS. Fundamentalmente, tentarão controlar os trabalhadores prometendo mudanças, prometendo reformas que seriam conquistadas a partir do próprio Estado, dizendo que é preciso fazer pressão sobre o governo federal, preparando-se para conquistá-lo nas próximas eleições, etc.

Ou seja, sua estratégia será tentar substituir a repressão sobre o movimento operário e popular pela cooptação, fazendo com outros setores o que já conseguiram com os reformistas. Alguns dos candidatos da oposição burguesa já acenaram com um provável convite para que o PT participe do governo, com a realização de coalizões entre todos os partidos "de oposição". A tentativa de sedução se intensificará depois das eleições.

### Governos que se chocarão com os trabalhadores

Para que o PT defina sua relação com governos estaduais deste tipo, é necessário partir da constatação que, apesar de tudo o que dizem agora ou dirão depois, eles inevitavelmente se chocarão com as aspirações e as necessidades dos trabalhadores e com as suas lutas. Não poderão satisfazer as reivindicações mais profundas do movimento operário e popular e serão levados a barrá-las e reprimi-las. E isto não apenas porque estejam limitados pelo governo federal, pela permanência da ditadura (é claro que estes governos estaduais justificarão desta forma as medidas anti-populares que tomarão), mas porque serão governos da burguesia, totalmente dirigidos pela burguesia, mesmo que dele participem representantes das correntes reformistas do movimento operário.

A capacidade de um governo da burguesia de satisfazer as necessidades dos trabalhadores é evidentemente muito limitada, ainda mais quando estamos vivendo uma crise econômica que deve ser enfrentada, segundo os interesses dos capitalistas, com medidas de arrocho sobre os setores populares. Nas disputas fundamentais que envolverão os patrões e os trabalhadores, os governadores "da oposição" burguesa estarão ao lado dos patrões, e contra os trabalhadores.

Por esta razão, a linha básica que o PT deverá seguir com relação a estes governos estaduais será de total independência, recusando qualquer participação ou

compromisso, que não poderia contribuir para melhorar as condições de defender os interesses dos trabalhadores, mas pelo contrário só poderia levar à sua desmobilização e desmoralização. Participando de um governo da burguesia, o partido seria corrompido, perderia sua marca de independência política, que é o que garantiu a sua construção até agora.

### Recusamos o papel de pelegos

Poderia ocorrer a situação absurda de um representante do PT, participando de um governo, ser obrigado a tentar convencer os trabalhadores a não fazerem greve ou a voltarem ao trabalho, funcionando como um pelego no sentido próprio do termo. Ou ainda pior, o partido poderia compartilhar a responsabilidade de reprimir uma greve. Não há nenhuma dúvida de que desta forma o partido seria destruído.

Este problema não diz respeito apenas a governos estaduais. A tentativa de seduzir o PT pode ocorrer até mais intensamente a nível municipal, com o oferecimento de secretarias municipais. Também neste caso deveremos preservar nossa independência e negar a nossa participação.

Uma resolução sobre esta questão tem de ser nacional, de todo o partido. Não podemos aceitar que se discuta caso a caso, porque de qualquer maneira o conjunto do partido será envolvido, toda a sua política será posta em causa. A necessidade de uma clara decisão de todo o partido fica ainda maior quando nos lembramos que já houve anteriormente defesas de coalizão por parte de militantes do PT, que já houve a tentativa de destruir o PT a partir do seu interior (como quiseram fazer, por exemplo, Osmarzinho, Vanderli e outros que terminaram no PMDB). Na sua última reunião, o Diretório Nacional do PT já se pronunciou contra a participação em governos da "oposição". Esta deliberação deve ser reforçada.

Finalmente, é preciso lembrar que as tentativas de sedução não se dirigirão apenas ao PT, mas a organismos do movimento operário e popular. O partido terá de se bater também pela autonomia destes organismos.

Não negamos que haja diferenças entre governos de representantes diretos da ditadura e os da burguesia de oposição. Estes terão grandes contradições internas, provavelmente terão mais dificuldades em reprimir as lutas dos trabalhadores (embora reprimam). Possivelmente será mais fácil com eles realizar conquistas de interesse do movimento operário e popular, e os trabalhadores terão melhores oportunidades para desenvolver as suas lutas.

Mas isto sempre com a condição de que mantenham a sua independência, de que não entrem no jogo dos liberais ou dos reformistas. Com a condição de que recusemos qualquer compromisso com eles.

## O movimento operário, o poder e o parlamento A política das frentes Populares

Com as frentes populares (realizadas na França e na Espanha) a III Internacional, já então dirigida por Stalin, renunciou à política de independência política da classe operária. Sua preocupação era fazer alianças com burguesias imperialistas para garantir a defesa da URSS. Os resultados desta política foram desastrosos.

As tendências no interior da II Internacional de participação em governos burgueses cresceram durante os primeiros anos do século XX e culminaram no apoio dado por quase todos os partidos aos respectivos governos na guerra inter-imperialista de 1914. Como é amplamente conhecido, foi esta capitulação que levou os revolucionários a romperem com a II Internacional e a iniciarem a construção da III Internacional.

A ênfase dos militantes da III Internacional, Lênin em primeiro lugar, nas críticas à II, esteve na questão do caráter do Estado burguês, em denunciar as ilusões quanto à democracia burguesa. A total independência com relação ao Estado burguês, aos partidos burgueses, foi assim uma marca distintiva da política da III Internacional.

Depois de 1928 (já com Stalin à frente), a "intransigência classista" da Internacional se transformou em um inegável sectarismo, recusando qualquer aliança com os partidos operários reformistas da II Internacional, chamando os partidos social-democratas de "inimigo principal", de "social-fascistas", etc. Esta política sectária contribuiu de forma decisiva para a vitória de Hitler na Alemanha, em 1933.

Com a política das "Frentes Populares", a linha de independência de classe caiu por terra. Os partidos "comunistas" passaram a apoiar ou a participar diretamente de governos burgueses, e a fazer a defesa da democracia burguesa (contra o fascismo), apoiando bons imperialismos contra os maus.

### Uma concepção conservadora de defesa da URSS

Quando em 1934 uma aliança com os socialistas começou a ser admitida pelo PC na França, este país passava por um processo de polarização política aguda, com a elevação da combatividade do proletariado, despertada pela crise econômica, e pelas ameaças fascistas (sobretudo após a ascensão de Hitler). Havia uma forte tendência unitária entre os trabalhadores. Sentindo esta tendência, já há vários meses a social-democracia propunha a unidade com os comunistas.

Mas, no mesmo ano, em outubro, o dirigente comunista francês Maurice Thorez lançou a idéia de uma "ampla frente popular" que incluísse, além dos comunistas e socialistas, também os radicais. Ora, o partido radical era o principal partido da burguesia francesa.

As razões da política de "frente popular" se esclarecem mais com a evolução das relações diplomáticas entre a URSS e a França. Depois de um período de dúvidas a partir da vitória de Hitler, ficou claro aos soviéticos que a Alemanha nazista se voltaria logo contra a URSS, e neste contexto, era conveniente uma aliança com a França.

Assim, em maio de 1935 foi assinado em Paris um pacto franco-soviético, e realizaram-se em Moscou conversações entre Stalin e o ministro francês Laval; a

partir de então a URSS passou a apoiar a política de defesa do governo francês.

Depois do pacto franco-russo, o PCF começou a explicar que neste caso — já que estava ameaçada a URSS — a defesa da França por um governo burguês devia ser apoiada.

Foi no VII Congresso da Internacional Comunista (em 1945), que os contornos da política de "frente popular" ficaram mais claros. O congresso definiu como consigna central para os partidos comunistas a "luta pela paz e em defesa da URSS". A partir desta orientação, os partidos comunistas deviam criar "a frente mais ampla possível de todos os que estão interessados na conservação da paz".

Os interessados na paz incluíam também "os Estados capitalistas, que, temendo as perdas que podem sofrer em consequência de uma nova divisão do mundo, estão interessados, na presente etapa, em evitar a guerra".

### Uma política contraditória

Em resumo, a política das "frentes populares" não corresponde a uma tentativa de barrar o caminho do fascismo unificando os trabalhadores (o que fica claro já com a inclusão do partido radical). Corresponde a uma política de defesa da URSS tal como pensada por Stalin, isto é, baseada numa aliança com diversos Estados imperialistas. É dentro desta preocupação central que se entende a necessidade de incluir os radicais, para, retirando o caráter de classe da frente, garantindo um contrapeso burguês, conseguir o apoio das classes dominantes de vários Estados imperialistas.

É isto o que explica que tenha havido uma mudança tão grande na política da III Internacional, passando da recusa de qualquer aliança com os social-democratas a uma aliança com eles e com o principal partido burguês.

Por outro lado, esta política é profundamente contraditória, como ficaria claro no desenrolar dos acontecimentos na França e na Espanha nos anos seguintes. Para que desse certo, segundo a concepção posta em prática por Stalin e pela III Internacional, era necessário que as burguesias francesas, britânica e outras se sentissem tranquilas, acreditassem que não ia haver revolução. Mas os trabalhadores que se punham em movimento não compreendiam a "necessidade" de se colocarem sob a direção da burguesia e continuaram a aumentar as suas lutas.

Uma política tão contraditória conduziu a catástrofes quando foi posta em prática, na França e sobretudo na Espanha. A tentativa de manter a aliança com as burguesias levou a que se freiasse o movimento operário, impedindo a ocorrência de uma vitória revolucionária. Mas a dinâmica própria do movimento operário nos dois países o levou longe o bastante para assustar a burguesia, e inclinar as frações burguesas ao compromisso com a Alemanha. O resultado foi a derrota do movimento operário e o isolamento da URSS, aumentando as ameaças sobre ela.

## Campanha dos metalúrgicos/SP Os patrões jogam duro

Endurecendo na mesa de negociações, jogando com violência a polícia sobre os operários, os empresários dão mostras repetidas que não estão dispostos a ceder nem migalhas neste período de crise.

No dia do fechamento deste jornal, a campanha dos metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos passava por um momento decisivo, com a realização de uma assembléia geral da categoria para discutir a atitude a ser tomada diante da mais que provável negativa dos patrões em relação às reivindicações centrais de estabilidade por um ano e um índice de produtividade de 15%.

O estado de espírito da categoria foi animado nos últimos dias pela deflagração de uma série de greves por fábrica, a maioria de forma independente da direção do sindicato. Assim, paralisaram as atividades a Transmecânica, a Juntas Flexa, a Monark, a Dynapac e a Burroughs Eletrônica. Um ato público foi realizado na região sul, a mais mobilizada e onde se encontra a parcela mais expressiva da categoria, com a presença de cerca de cinco mil trabalhadores. Enquanto algumas empresas decidiam não realizar horas extras (como a Ford de São Paulo onde cerca de 1.500 operários se reuniram em assembléia), concentrações massivas ocorriam nas portas de outras (como a de dois mil trabalhadores na Villares).

O sentimento de revolta cresceu ainda com a notícia da morte do operário José Celestino nas dependências da empresa Cimpal, em Taboão da Serra. Celestino, sentindo-se mal, havia procurado o Departamento de Medicina do Trabalho da empresa para ser liberado. Com fortes dores de cabeça e tonturas, o operário não obteve licença do médico de plantão. Os operários da empresa reivindicaram da direção da fábrica licença para acompanhar o enterro do companheiro, enquanto era encaminhada denúncia do departamento médico da empresa.

### Violência patronal

"A empresa não podia tolerar pois seria o mesmo que acabar com a estrutura hierárquica na disciplina". Foi este o argumento que o diretor da Monark usou para justificar a extrema violência com que foi reprimida a greve na fábrica.

Os operários vinham de uma greve recente, parcialmente vitoriosa pois obteve estabilidade até o final do ano e o reconhecimento de uma comissão de fábrica. Depois da greve, as negociações continua-

ram. Uma das reivindicações dos operários se referia ao cumprimento de um dos itens da legislação do trabalho — a concessão de um tempo na parte da manhã e da tarde para um breve lanche. Como a empresa se recusava a ceder, os operários resolveram paralisar o trabalho no período dos lanches.

Na quinta-feira, dia 21, a empresa retrucou com a demissão de três membros da comissão de negociação à qual havia concedido estabilidade. Avisados, os outros setores da empresa paralisaram, concentrando-se no pátio interno da empresa. A direção da Monark convocou a polícia que invadiu a fábrica, gerando a possibilidade de um confronto aberto com os operários. O impasse foi rompido com a negociação e a saída dos operários para a porta da fábrica.

Segunda-feira, dia 26, era um dia chave porque iria haver o pagamento. E nada menos que cinquenta policiais e oito viaturas cercaram a empresa, efetuando a prisão de 25 operários no piquete. A greve acabou sendo derrotada e a empresa se aproveitou para demitir mais uma leva de trabalhadores.

### Greve na Burroughs

A greve da Transmecânica, por sua vez, foi realizada por atrasos de salário. Na Dynapac a paralisação dos 800 operários ocorreu por conta dos insistentes boatos que ameaçavam com a demissão de 200 trabalhadores. Os grevistas obtiveram uma vitória parcial com a estabilidade até o fim do ano e reconhecimento de uma comissão de fábrica de onze membros.

A paralisação na Burroughs 1.600 empregados, mobilizando do setor de produção ao pessoal de escritório, foi deflagrada tendo em vista o processo de transferência da empresa para Veleiros e a conseqüente ameaça de demissões. As principais reivindicações são a estabilidade por doze meses para os empregados da empresa e também para os integrantes de uma comissão de fábrica provisória. Quando do fechamento desta edição, as negociações entre os operários e a empresa estavam em um impasse e a greve prosseguia. Sem dúvida, o resultado da greve dependerá das decisões dos metalúrgicos na assembléia geral da categoria.



Químicos/Sto. André

## Oposição ganha e leva

Mais uma oposição confirma sua vitória, demonstrando de forma clara e indiscutível a preferência dos trabalhadores, a tendência que aponta o movimento sindical.

Dessa vez foram os Químicos de Santo André, na região do Grande ABC de São Paulo. Há 15 dias, a Chapa 2, de oposição venceu as eleições por uma margem de mil votos, mas não levou.

No segundo escrutínio, que teve sua apuração no dia 22 último, a Chapa 2 novamente ganhou com uma expressiva margem de diferença. A oposição conseguiu 3980 votos, contra

1163 da Chapa 1, que representava a atual diretoria.

O Sindicato dos Químicos de Santo André, cuja base possui 75 mil trabalhadores, tem atualmente apenas 7800 sindicalizados. A chapa vencedora se propõe como primeira tarefa de sua gestão uma intensa campanha de sindicalização, que traga os trabalhadores para o sindicato, que dinamize a sua vida.

A vitória da oposição em mais esta categoria, sem dúvida nenhuma, será um importante reforço no cordão sindical e operário do grande ABC paulista.

São Bernardo

## O sindicato aumenta a sua penetração na Volks

Em um acordo com a direção da empresa, o sindicato impôs importantes alterações no regimento que regula a comissão de representação dos empregados.

O sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo conseguiu impor à Volkswagen uma importante conquista. Após a greve de 1980, a empresa havia estimulado de cima a criação de uma comissão de representação como maneira de se contrapor à influência do sindicato. Os sindicalistas decidiram por boicotar a eleição dos membros da comissão de representantes, convocando os trabalhadores a votarem no "João Ferrador", símbolo maior da combatividade da categoria.

Logo após a eleição da comissão pelega, a direção da empresa patrocinou a célebre votação do acordo sobre a redução da jornada com concomitante redução dos salários. A derrota desta proposta nas urnas veio confirmar a força do sindicato e desmoralizar a alegada representatividade da comissão.

Desde junho passado, o sindicato vinha negociando com a Volks a modificação do regimento da comissão de representação, particularmente no que se refere ao reconhecimento do sindicato e à supressão do item que conferia total poder à empresa sobre a representação de seus funcionários. O item afirmava que "a companhia poderá, a qualquer momento, alterar ou complementar disposições desta resolução", prevendo ainda que "as normas complementares ou alterações desta resolução sugere-

ridas pelos representantes dos empregados só entrarão em vigor depois de aprovadas pela companhia".

Apesar de que os diretores do sindicato não terão participação direta na comissão, como ocorre na Ford de São Bernardo onde os diretores fazem parte da comissão de fábrica, eles terão tempo integral livre e poderão circular por todas as seções da empresa.

Com o novo acordo, foi elimi-

nada a distinção entre horistas sindicalizados e não sindicalizados para efeito eleitoral além de se abrir a possibilidade de eleição de representantes dos empregados após dois anos de casa (antes o exigido era o mínimo de cinco anos).

Estas conquistas têm um significado importante para a próxima campanha salarial da categoria já que como se sabe, a Volks é uma das maiores empresas de São Bernardo.





# A trajetória sinuosa do sindicalismo autêntico

O sindicalismo combativo tem acentuado no período recente uma postura de oscilações no enfrentamento do bloco pelego-reformista. O que demonstra a sua desarticulação e a ausência de um projeto claro de construção da central única, de centralização das lutas sindicais

Por Luci Ayala

Parentemente a polarização do movimento sindical que explodiu nos impasses da reunião de 11 e 12 de setembro permanece: a maioria da extinta Comissão Nacional pró-CUT mantém sua deliberação de recompor o organismo nacional com base nas confederações e federações nacionais e com os dirigentes sindicais escolhidos pelas plenárias de dirigentes nos estados. Por outro lado, continua em circulação o documento "Aos trabalhadores da Cidade e do Campo" — publicado por EM TEMPO n.º 159 — onde as inter-sindicais, os membros da ex-pró-CUT e sindicalistas dos estados que se retiraram da reunião nacional do dia 11 e 12, avaliam o movimento sindical e convocam uma nova reunião nacional para os dias 4 e 5 de dezembro com objetivo de reorganizar de forma unitária a convocação do Conclat.

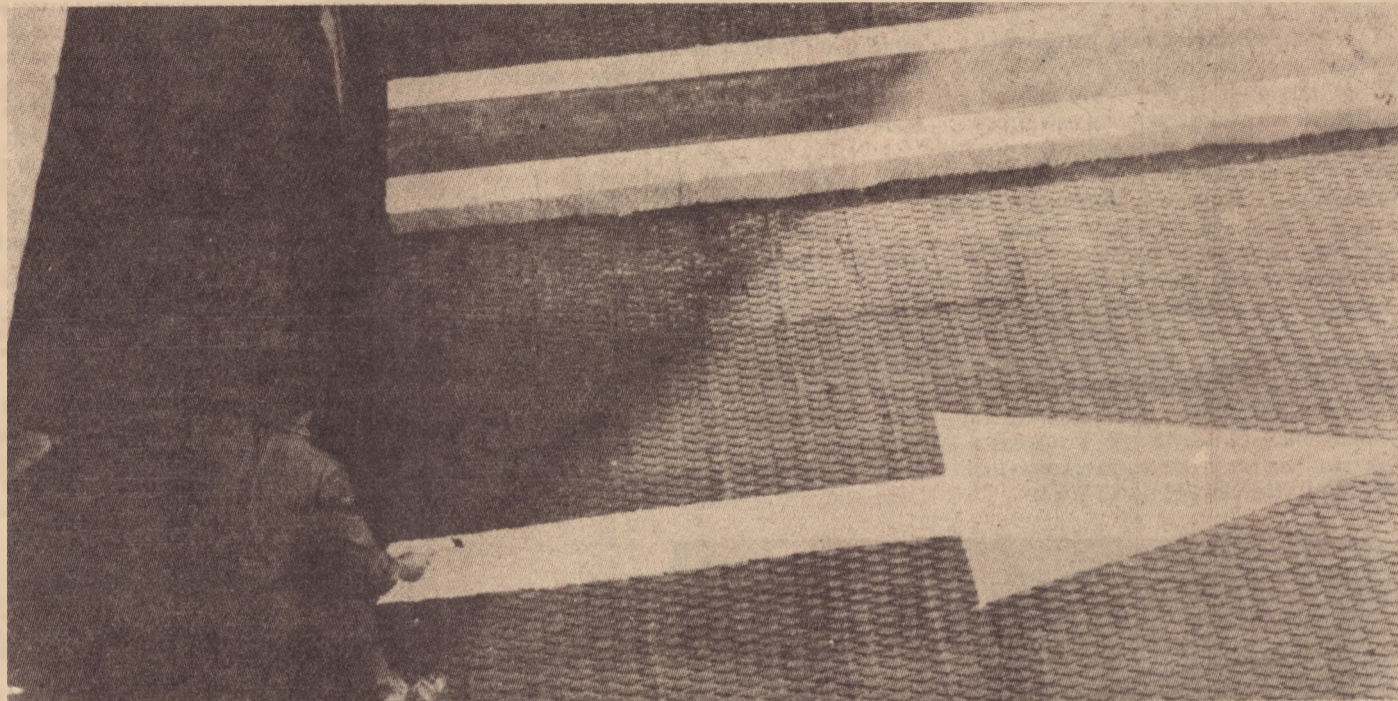
Mas apesar da ausência de declarações públicas, a agitação nos bastidores do movimento sindical demonstra que um novo quadro está sendo montado. A recusa em dar declaração à imprensa indica que é pelo lado dos sindicalistas combativos que o impasse está sendo rompido. O que não está ainda indicado é em que direção está sendo buscada a saída.

Não é de se estranhar, apesar de lamentável, que os sindicalistas combativos recuem em suas posições. Isso seria um reflexo da sua própria trajetória instável delineada até agora. Na verdade, este conjunto de sindicalistas que chamamos de polo combativo, têm em comum uma maior combatividade nas lutas dos trabalhadores e a recusa a pactos com os patrões e o governo. Se isso já é uma linha de demarcação profunda no interior do movimento sindical, é frágil como base de organização para a ação.

## Uma trajetória de oscilações

Sem homogeneidade política, os combativos enfrentam-se com os setores reformistas que, apoiados em pelegos de diversos matizes, vêm conseguindo impor à articulação nacional do movimento sua estratégia de submeter a luta dos trabalhadores aos estreitos limites da estrutura sindical corporativa e de construir um setor do movimento sindical que sirva de interlocutor para um pacto social. Os sindicalistas combativos negam esse projeto, mas enquanto conjunto não têm estratégia nem organização para enfrentá-lo. Por essa razão seu caminho tem sido cheio de idas e vindas, oscilações que comprometem sua eficácia e que levam atrás de si uma parcela significativa dos sindicatos e sindicalistas de base, muitas vezes desorientando-os.

Uma avaliação não muito precisa da conjuntura do movimento sindical em meados do ano passado levou a que muitos sindicalistas combativos hesitassem em participar da Conclat, conside-



rando-o uma manobra dos reformistas. Isso se expressou em vários discursos nas reuniões de S. Bernardo que antecederam a Conferência da Praia Grande.

Participando da Conclat, contaram com a maioria do plenário que, de fato, representava o crescimento político dos trabalhadores verificado em suas lutas. E expressaram a disposição da construção de uma central sindical democrática fundada nas lutas dos trabalhadores, independente do estado e dos patrões.

Perdendo no jogo de aparelho em que reformistas e pelegos são hábeis, os sindicalistas combativos ficaram em minoria na Comissão Nacional pró-CUT eleita na Conclat. Sua falta de homogeneidade política e de uma estratégia unificada para o movimento levou a que não usassem as suas reais bases políticas, criando fatos e impulsionando movimentos que forçassem a maioria da Comissão Nacional a avançar. Ao contrário, as repetidas ausências dos dirigentes sindicais expressivos nas reuniões permitiu que a dinâmica da Comissão Nacional fosse determinada por sua maioria pelega e reformistas. O resultado foi a substituição da perspectiva de luta e organização dos trabalhadores no enfrentamento aos ataques da ditadura sobre seus direitos, por caravanas à Brasília, declarações à imprensa e tímidos atos de protesto.

A necessidade de um II Conclat que reorganizasse uma direção do movimento mais ágil politicamente e que, de fato, encaminhasse às bases o processo de construção da CUT era urgente. Este processo foi cortado pelos setores reformistas do movimento sindical. Temiam que um segundo Conclat, a exemplo do primeiro, fosse homogeneizado pelo setor combativo do movimento e que fosse criada uma CUT que inviabilizasse a estratégia de submeter a

luta dos trabalhadores à estrutura sindical corporativa.

Num primeiro momento muitos sindicalistas combativos também confundiram a realização do II Conclat com a fundação da CUT e vacilaram diante da sua realização em 1982. Alguns abertamente foram contrários, manifestando isso através do voto pelo seu adiamento em reunião da pró-CUT realizada em julho.

O processo encaminhado pela pró-CUT de consulta aos estados sobre a realização do Conclat em agosto de 82 demonstrou que onde o movimento foi consultado a necessidade do Conclat foi confirmada: dos 12 Enclats realizados 10 posicionaram-se pela sua realização na data marcada.

Mesmo assim, os reformistas não vacilaram em golpear a democracia do movimento, adiando o Conclat para 83, impondo uma renovação à pró-CUT que a atrela à estrutura sindical corporativa: as confederações e federações nacionais têm voto nato na Comissão, sem passar por nenhum referendun de base.

## Uma resistência tímida

A primeira resposta dos sindicalistas combativos foi a de tentar a resistência ao golpe, criando um espaço para a expressão das decisões dos Enclats: a reunião nacional do dia 28 e 29 de agosto, convocada inicialmente pelo Enclat do Rio Grande do Sul e endossada pelos Enclats que se realizaram posteriormente. Além disso os sindicalistas combativos, vários deles com decisão de Enclats, não reconheciam os mandatos da Comissão Nacional após o dia 29 de agosto, data em que se realizaria o Conclat.

Mais uma vez se fez sentir a falta de direção política e homogeneidade dos combativos. Reunidos na data do

Conclat, com a participação de quinze inter-sindicais estaduais das quais dez com mandatos dos Enclats, não se propuseram a enfrentar, como um setor articulado do movimento, as decisões da maioria da ex-pró-CUT. Ao invés, decidiram participar da reunião de setembro, convocada pelo bloco reformista encastelado na pró-CUT, reivindicando que as federações e confederações não tivessem direito de voto e a ampliação da representação regional de três para dez sindicalistas por estado.

É a partir deste momento que os setores combativos do movimento ficam desarmados frente à estratégia dos reformistas pois na prática acabam reconhecendo a reunião dos dias 11 e 12 de setembro como fórum representativo, lançando confusão em suas próprias fileiras.

A virada de mesa, que não ocorreu em seu devido lugar, quando os sindicalistas tinham mandato dos Enclats e representavam politicamente a decisão da maioria dos sindicalistas dos estados, acabou ocorrendo nas portas da reunião em Brasília, de forma confusa e desarticulada quando não foi aceito o critério de representação estadual proposto.

No entanto, alguns setores que se retiraram da reunião e assinaram o documento "Aos trabalhadores da Cidade e do Campo", que convoca uma reunião de rearticulação do movimento sindical, parecem estar vacilando, sendo previsível uma nova guinada do sindicalismo combativo. Uma guinada que possivelmente a esta altura não será unificada e sem traumas.

## A frágil articulação e unidade política

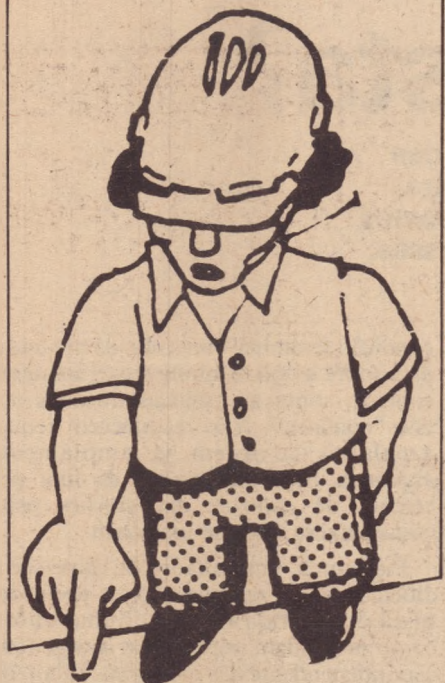
Fica evidente pelas idas e vindas do sindicalismo mais combativo não apenas sua falta de articulação mas também de

## Sindicatos e Política

## Quando um peão dará um xeque-mate no rei?

Dois livros recentes, sobre encruzilhadas históricas da classe operária, apontam para um problema comum: o momento em que a luta sindical atinge um caráter político.

Por Régis Moraes



uma estratégia de atuação. Impõe-se aos dirigentes sindicais a responsabilidade da criação de uma tendência sindical classista, com base a princípios políticos claros, definidos democraticamente, que organize os militantes sindicais da base até as direções e que sirva de referência aos trabalhadores.

Durante esse período a única articulação do sindicalismo combativo foi a ANAMPOS, organismo fechado onde participavam apenas os convidados com critérios subjetivos e não se baseavam em princípios políticos e propostas de ação explicitadas. Este organismo já demonstrou sua falência, pois se os sindicalistas são frágeis para impor um processo de respeito à democracia do movimento é justamente por não estarem organizados.

### Onde está o Partido dos Trabalhadores?

Cabe ainda uma última consideração que, no entanto, está no centro dos descaminhos atuais: onde está o PT?

Nascido no interior do movimento sindical combativo, o PT hoje não organiza a ação sindical de seus militantes e não tem servido de canal de articulação para os seus próprios sindicalistas. Cotidianamente nos deparamos com a recusa das direções sindicais petistas em encaminhar a construção da organização sindical dos militantes do partido. O argumento de que o partido não pode aparelhar o movimento sindical já caiu por terra, tanto ao nível das resoluções políticas, como na prática sindical dos petistas que demonstram seu respeito à democracia dos trabalhadores. Ao menos que se confunda sindicato com os dirigentes sindicais e controle partidário sobre a ação do dirigente sindical com desrespeito à democracia dos trabalhadores. O processo que vivemos, por paradoxal que possa ser, leva a que os militantes sindicais do PT assumam as ações dos dirigentes, sem que, no entanto, tenham canais para interferir nas definições dessa ação.

Na verdade a grande maioria dos sindicalistas combativos são, também, militantes do PT, o que redobra a responsabilidade política do partido nos rumos do movimento. Por outro lado, as experiências da classe operária já demonstraram que não se constrói um movimento operário autônomo do estado e dos patrões sem que, junto a ele, se construa também um partido operário independente.

A situação atual do movimento sindical deve-se, em grande parte, a ação de um partido reformista. Não reconhecer isso é sinal de grande miopia política.

O livro de Ricardo Antunes (*Classe Operária, sindicatos e partido no Brasil*, Cortez Editora), procura mostrar um momento em que a vanguarda operária tentou (e não conseguiu) fazer saltar o movimento operário da imediatidade espontânea da luta sindical até uma transformação global e revolucionária do país: 1930-35. A partir de um estudo das particularidades do desenvolvimento capitalista no Brasil e de uma caracterização da classe operária nesse contexto, procura contradizer as explicações da "inconsciência operária" pela origem rural ou pelo "ideal de ascensão social" do proletariado, explicações que tiveram presença na literatura existente sobre nosso movimento sindical.

Um detalhado estudo da resistência operária ao controle sindical getulista mostra a luta pela autonomia e preservação dos sindicatos, frente às tentativas de "reformismo pelo alto" que procuraram (e conseguiram) impor os "sindicatos estatais". O estudo mostra o fracasso da integração na primeira metade dos anos '30 e o momento em que essa integração começa a dar resultado, não por acaso coincidente com a ofensiva contra a Aliança Nacional Libertadora. A luta contra os sindicatos oficializados ganha relevo em categorias como os gráficos, ferroviários, metalúrgicos, têxteis, eletricitários, bancários etc. Um outro aspecto porém mostra a resistência operária ao sistema de controle do trabalho imposto pelo getulismo: o movimento grevista desses anos.

A partir dessas premissas, o autor se pergunta como e porque "a vanguarda operária" não soube empreender o salto dessa resistência espontânea até uma perspectiva política global. Sua principal pergunta é: porque o PCB, "única força que encontrava condições para colocar-se como direção política e ideológica da

classe operária", não obteve sucesso nessa empresa? Nesse ponto, R. Antunes busca mostrar a gênese do PCB (ausência de tradição teórica anterior, propriamente marxista etc) e o seu vínculo com a III Internacional, já sob a batuta de Stalin, como elementos que se juntam para impedir essa cristalização de uma "vanguarda operária".

### Humphrey: fazendo o milagre

Um sociólogo inglês estuda o ABC e o sindicalismo brasileiro. John Humphrey (*Fazendo o milagre — controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira*, ed. Vozes), entrevistando empresários, sindicalistas e operários, escreve um livro sem dúvida fundamental para entender a evolução do sindicalismo brasileiro recente.

A análise parte de um exame do "sistema brasileiro de organização do trabalho", desde a implantação da estrutura sindical. A seguir, traça um quadro do desenvolvimento industrial e da classe operária, onde ganham relevo alguns dados. Um exemplo: em 1949, 1/3 dos operários do estado de S. Paulo estava na indústria têxtil; essa proporção cai para 12% em 1974. Por outro lado, os metalúrgicos passam de 16,3% (1949) para 43,3% (1974). O deslanche das chamadas indústrias dinâmicas (automobilística, eletro-eletrônica etc) e a modernização das chamadas indústrias tradicionais, progressivamente mecanizadas e internacionalizadas, são acompanhados, passo a passo, por transformações na política burguesa para "domesticar" a classe operária. Ao lado da repressão, as instituições são modificadas (política salarial, limitações da Justiça do Trabalho, FGTS) no sentido de criar um "novo tipo de sindicalismo, apolítico".

O enfoque mais detalhado na indústria automobilística aponta, ao lado da concentração, o desenvolvimento contradi-

tório produtividade X salários. E os salários altos aparecem aí não como um elemento destinado a "estabilizar" o empregado, mas como contrapartida da imposição de uma política de disciplina, ritmo de trabalho, estrutura salarial complexa etc. Seria possível, nesse caso, o surgimento de um sindicalismo de negócios, apolítico, como por vezes previu Maria Hermínia Tavares, uma analista do "novo sindicalismo"? Humphrey contradiz Hermínia, apontando como a situação real dos trabalhadores e a política patronal levaram o sindicato de S. Bernardo para uma direção muito diferente. S. Bernardo se politiza e associa a perspectiva de conquistas econômicas com mudanças no conjunto do país (Assembléia Constituinte, anistia, reformas políticas, PT). E Lula e seus companheiros — os aparentes "marajás do sul-maravilha" — se transformam, na verdade, em símbolo importante para o restante do proletariado e para a própria "redemocratização".

A parte final do livro discute importantes questões a respeito dos trunfos do regime, na sua tentativa de "driblar" a classe operária e impedi-la de saltar da imediatidade, do espontâneo, localizado e econômico, em direção a uma consciência e uma prática política que visem a transformação global do país. De qualquer modo, o espectro das forças políticas em presença e as tradições do movimento operário recente são muito diferentes de 1930 (período analisado por R. Antunes), 1946 (analisado por Ricardo Maranhão, em *Sindicatos e redemocratização*, ed. Brasiliense) e, de 1964.

O estudo dessas encruzilhadas históricas é, para o movimento operário, como o exercício do enxadrista, que analisa outras partidas do adversário para imaginar quais lances tem à mão. Quando o peão dará um xeque-mate no rei?



**ESPAÑA:**  
das Comissões de Fábrica às Centrais Sindicais  
(unidade e pluralismo)

Régis C. Moraes

## Mais uma do pessoal do EM TEMPO

Espanha: das comissões de fábrica às centrais sindicais (unidade e pluralismo)

Por Régis C. Moraes

*A "modernização" do franquismo. A estrutura sindical. O plano de "abertura política". Comisiones obreras, entre o legal e o ilegal. Igreja e movimento operário. Eleições sindicais. Divisão sindical e pactos sociais. Partidos e sindicatos. Centrais: número de filiados e estrutura.*

## Documento do PMDB sobre as mulheres

# A burguesia é feminista?

Está na praça, em edição bastante cara, a duas cores, a "Proposta das mulheres do PMDB para o governo Montoro". O documento mostra claramente que subordinar os interesses das mulheres aos limites impostos por uma aliança com a burguesia significa *não* atender os seus interesses.

Por Marília Carvalho

O documento das mulheres peemedebistas começa fornecendo alguns dados sobre a situação da mulher brasileira e no Estado de São Paulo. Constatando a "desarticulação e pequena escala" dos programas governamentais já existentes neste campo, propõe a criação de um "Conselho Estadual da Condição feminina". E a impressão que causa o resto do texto é de que não passa de um pouco de recheio programático para enfeitar essa proposta central.

O "conselho" seria "um órgão capaz de propor e coordenar uma política que capacite as mulheres a exercerem plenamente sua cidadania", um "instrumento para uma política global". E, daí para a frente, o documento vai arrolar medidas no campo do trabalho, da saúde, creches e proteção contra a violência, todas nos marcos da "cidadania", dos "direitos" e da igualdade formal, isto é, sem colocar em cheque em nenhum momento as raízes da opressão das mulheres, a sociedade baseada na exploração.

Senão, vejamos. No ponto "Trabalho", o PMDB, ou melhor, as mulheres do PMDB, querem "garantir melhores condições para a incorporação da mulher à força de trabalho". Nem uma linha sobre a super-exploração que as mulheres sofrem hoje, recebendo salários menores, trabalhando em piores condições, sendo discriminadas para os cargos de chefia, etc. Pior ainda, nenhuma palavra sobre a exploração do conjunto dos trabalhadores. Que nos adianta o direito de sermos igualmente exploradas? O que as mulheres querem não são apenas direitos iguais, mas mudar a estrutura da nossa sociedade.

Quanto ao trabalho doméstico, não se trata de tirar das costas das mulheres essa

**Mulheres  
vamos participar.  
Você sabe,  
é preciso mudar!**



Proposta das mulheres do PMDB  
para o governo

**MONTORO**  
PMDB  
QUÉRCIA

responsabilidade, passando-a para o Estado. As peemedebistas querem apenas "ampliar os equipamentos sociais, garantindo melhores condições para a mulher se incorporar ao mercado de trabalho".

**Sem criticar nem mesmo Maluf**

Mesmo com relação à legislação trabalhista, as peemedebistas falam apenas em "fazer cumprir a legislação

vigente", que toda mulher sabe insuficiente e até reforçadora de discriminações. Mas as peemedebistas querem apenas "corrigir distorções na legislação concernente à gestante".

E a tônica de não fazer críticas passa por todo o documento: fala-se de atendimento específico nos "serviços básicos de saúde", sem uma única referência ao INPS ou aos postos de saúde; afirma-se que as creches de 0 a 6 anos são "um direito reconhecido pela legislação trabalhista", quando na verdade esta apenas garante o lactário, isto é, um local para a mãe amamentar o seu bebê até os seis meses; e conseguem a proeza de falar em "fornecer informações e meios sobre a concepção e contracepção" no Estado de São Paulo, sem criticar o *Pró-família* (plano de controle da natalidade imposto por Maluf e já amplamente criticado por sindicatos e associações feministas).

Enfim, as peemedebistas, com todo o seu "realismo" não podem sair dos marcos definidos pelas suas alianças com a burguesia, isto é, não podem atender os interesses mínimos das mulheres. Porém, mais do que isso, as peemedebistas de São Paulo não criticam sequer a atual legislação num sentido mais liberalizante. Não mencionam, para dar mais um exemplo, a descriminalização do aborto, um direito democrático para permitir às milhares de mulheres que hoje se vêm obrigadas a praticá-lo clandestinamente e em péssimas condições, a decidirem contra ou a favor, com todas as informações e sem punições.

**E nós, onde ficamos?**

Porém, a coisa não pára aí. O documento fala num "Conselho sobre a

condição feminina", mas não dá nenhuma dica sobre como as mulheres terão algum controle sobre as políticas traçadas por esse "conselho". Não reconhecem sequer a palavra de ordem já amplamente assumida pelo movimento de luta por creches de controle das creches pelas comunidades onde se localizam.

Pior ainda, num quadro de dispersão e dificuldades de organização, as peemedebistas não falam uma linha sobre como pretendem impulsionar a organização independente das mulheres. Falam da violência sem mencionar o S.O.S., por exemplo, quando sabemos que ele não dispõe sequer de um telefone, por falta de verbas.

O que fica, assim, é que o "conselho", milagrosamente, sem mobilizar as mulheres, resolverá lá de cima os nossos problemas. Elas afirmam textualmente que o "conselho servirá de instrumento para uma política global destinada a eliminar as discriminações que atingem as mulheres". E isto, sem especificar sequer que poderes reais e que dotação orçamentária terá um tal "conselho".

Finalmente, terminamos a leitura sem saber quem comporá o tal "conselho": se representantes indicados pelas demais secretarias de Estado (saúde, trabalho, etc); se representantes eleitos em alguma instância do movimento; ou, o que parece mais certo, por indicação pelo governador. E corre à boca pequena que já estão escolhidas as mulheres que nos representarão no governo Montoro...

Tudo isso vem alertar as petistas contra a tentação de participar num conselho como este, que atrela os interesses das mulheres aos interesses da classe dominante e ao seu Estado.

## Manifestação feminista do PT gaúcho

# Não há país livre sem mulher livre

Da sucursal

Cerca de cinco mil pessoas participaram em algum momento da manifestação promovida no centro de Porto Alegre pelo PT gaúcho em torno à questão da mulher. Entre 11 horas da manhã e 13:30 da tarde do dia 26 de outubro, um círculo de petistas (homens e mulheres) vestidos de vermelho, amarelo e branco leram a "Carta à Mulher Brasileira", aprovada no Encontro Nacional do PT sobre o Movimento de Mulheres e um manifesto, "Queremos falar às Mulheres", interessando a população que passava e foi parando. Em torno, cartazes e faixas diziam: "Não há país livre sem mulher livre"; "Por um movimento de mulheres autônomo", "Para trabalho igual, salário igual".

Falaram diversos candidatos a vereadores, deputados estaduais e federais, além do candidato a senador, Raul Pont e Avani, candidata a suplente de senadora.

E apresentaram-se duas cantoras gaúchas petistas. Apenas na primeira meia hora, esgotaram-se 6 mil exemplares da cartilha "O ABC da Mulher, uma história em quadrinhos contando a vida e a luta das mulheres".

### O ABC da Mulher

Esta cartilha é o resultado de um longo processo, que começou no Encontro Estadual sobre a questão da mulher, realizado pelo PT gaúcho no dia 17 de janeiro de 82. A partir dos relatórios deste encontro e do programa nacional do PT, a Comissão do PT gaúcho para a Política da Mulher produziu o roteiro da história em quadrinhos. O texto global consta de itens sobre a mulher negra, educação, contracepção, violência e trabalho. Mas, infelizmente, o partido não teve recursos

para publicar a cartilha inteira e está divulgando, por enquanto, apenas a parte relativa ao Trabalho.

Os objetivos da cartilha são a discussão da opressão da mulher dentro do PT, junto aos núcleos principalmente e também junto às bases do partido. Ao final, ela traz uma reprodução da cédula eleitoral, que pode ser preenchida por cada candidato, o que permite combinar o trabalho estritamente eleitoral com a discussão e a educação política sobre a opressão das mulheres e sua luta.

Enfim, a manifestação e o trabalho da Comissão do PT Gaúcho para a Política da Mulher só vêm reforçar a constatação da enorme receptividade que existe para as discussões e lutas contra a opressão das mulheres e que o PT deve estar preparado para impulsioná-las.



# Cinema militante

**Renato Tapajós tem ocupado um lugar de vanguarda nas tentativas de se produzir um cinema independente e ligado às lutas dos trabalhadores. O seu último filme "Linha de Montagem", sobre a greve do ABC, tem sido levado a incontáveis exhibições em bairros de periferia por todo o país. Aqui, Tapajós fala a EM TEMPO de suas idéias sobre a construção de um projeto cultural independente.**

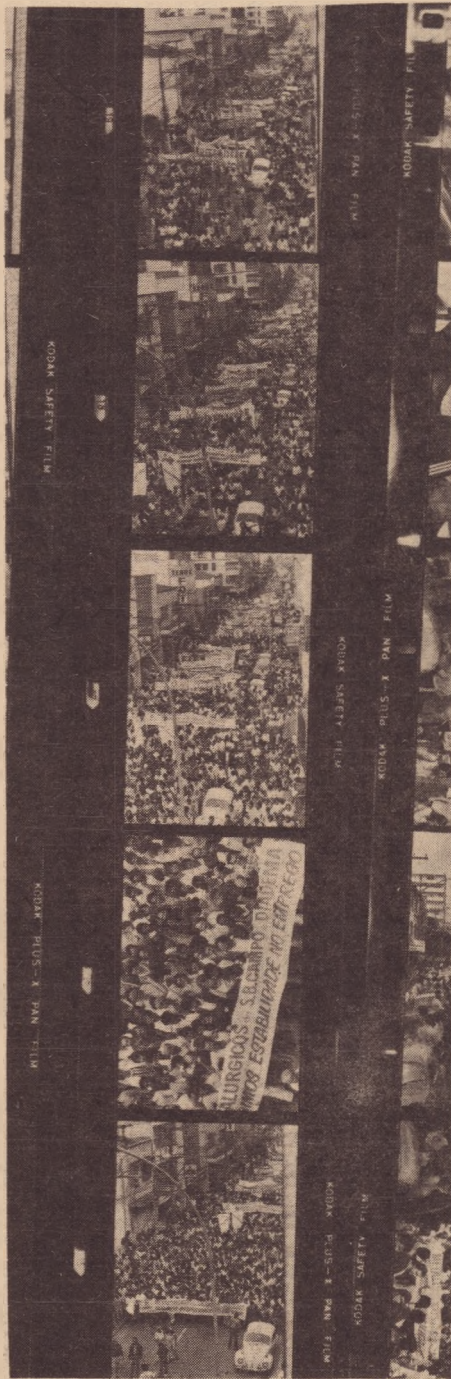
— Hoje você vê alguma alternativa nova no campo cultural?

Tapajós — Sim. Essa alternativa já vem surgindo há algum tempo dos trabalhos individuais de uma série de pessoas que, de um modo ou de outro, se engajaram num tipo de produção cultural que estivesse a serviço do proletariado, das lutas populares em geral. E ela está fundada numa atitude básica que é a negação da posse do conhecimento como instrumento de dominação. O meu saber, se eu quero me colocar a serviço das lutas populares, é apenas um instrumento para elaborar aquilo que seja necessário para os movimentos populares. Agora, quem define o que é necessário são os próprios movimentos populares e não eu, como intelectual. Esta é a primeira atitude. Eu acho que é a partir daí que nós vamos conseguir toda uma proposta cultural mais ampla.

A proposta de cinema que a gente vem trabalhando há seis anos procura refletir este tipo de postura. Eu diria que o primeiro filme que eu fiz nesta fase, quer dizer, depois de ter proposto um cinema ligado às lutas populares, o "Fim de Semana" (sobre a auto-construção, mutirões de fim de semana para construir habitações) carrega ainda a clara marca do intelectual que vai para a periferia de uma grande cidade com uma visão de mundo na cabeça, a priori. No filme, esta visão de mundo briga o tempo inteiro com a visão que está brotando do próprio material que você colheu ao fazer o filme. A proposta inicial do filme era mostrar que ao fazer as suas casas nos fins de semana, os operários aumentam as suas possibilidades de exploração, ou seja, o trabalho gratuito que eles colocam na construção de sua própria habitação implica no aumento da mais valia que lhes é extraída pelo sistema. Durante a realização do filme, uma coisa ficou bem clara: ao fazerem as suas próprias casas, suas associações de bairro, as suas igrejas, essas populações se tornam as verdadeiras responsáveis pelo crescimento da cidade. Quer dizer, quem determina o crescimento das cidades são as populações que vêm habitar nelas. Depois do filme pronto, as duas idéias estão dentro do filme. Mas quando você projeta o filme numa platéia popular, o que as pessoas entendem nos debates que são feitos é esta segunda questão. A primeira questão, pelo nível de abstração que é colocada no filme, desaparece. E comecei a perceber que, afinal de contas, eu estava tendo uma atitude autoritária, que eu estava impondo uma visão prévia sem discutir, sem consultar, sem saber se as pessoas que estavam sendo filmadas concordam ou discordam.

O filme seguinte "Acidente do Trabalho", já foi uma experiência no sentido de mudar esta relação. Na realização deste filme, a gente se baseou numa série de discussões em mesas redondas feitas com operários de São Bernardo (operários acidentados ou não). A partir destas discussões, foi surgindo um projeto que era o de fazer um filme que mostrasse o ponto de vista do operário com relação ao acidente, o que ele acha do acidente do trabalho. As indicações do tipo de linguagem que eu deveria usar, como a decupagem e o ritmo, saíram destas discussões também.

Quando a gente partiu para fazer o



"Linha de Montagem", nós não sabíamos o que seria o filme, ninguém sabia. As filmagens tiveram um caráter de reportagem, a gente ia para lá com a câmera e ficava para ver o que ia acontecer. Depois da greve, nós levamos praticamente um ano na moviola, estruturando o "Linha de Montagem". Nós fizemos uma primeira versão que foi exibida na moviola para sindicalistas, operários, jornalistas que acompanharam a greve. A discussão indicou que esta versão não estava sendo fiel aos acontecimentos, não conseguia retratar o que houve. Nós voltamos para o moviola e fizemos uma segunda montagem que se aproximou mais mas também não era o que satisfazia. Finalmente, mais quatro ou cinco meses de montagem para chegar na versão atual. Foi um trabalho extremamente complicado de articulação de acontecimentos que tiveram uma riqueza fantástica. A gente conseguiu chegar na estrutura mais simples para contar a greve sem perder a riqueza dos acontecimentos. Eu acredito que "Linha de Montagem" é, do ponto de vista cinematográfico, melhor do que os filmes anteriores. Eu acho que, efetivamente, a partir do "Luta do Povo", do

ponto de vista de filmagem, há um salto, há a adoção de um ritmo mais ágil, de uma estruturação dramática do filme mais clara do que nos filmes anteriores...

— É a própria evolução do seu trabalho...

Tapajós — Sim. Eu só queria fazer uma observação fechando este ponto. É que agora eu estou fazendo um filme sobre o PT e que está sendo para mim uma experiência muito interessante porque o filme sobre o PT não pode ser dirigido especificamente a um público operário. E, por outro lado, entra um elemento novo neste filme que é a adoção de uma narrativa mais pessoal. Na medida em que estou trabalhando em cima de temas operários, eu ainda consigo manter minha identidade de cineasta que vai filmar os movimentos operários. Por mais que eu discuta, que eu procure fazer com que o filme, como o "Linha de Montagem", seja uma síntese da minha posição como cineasta e da posição dos militantes operários da greve, eu ainda permaneço enquanto cineasta, como uma pessoa distinta. Agora, quando eu vou fazer um filme sobre o PT, eu sou militante do PT, então muda a relação.

— Renato, como você vê a importância do cinema militante para o PT?

Tapajós — Olha, em primeiro lugar, eu destaco a importância do cinema como instrumento de luta. Durante o transcorrer deste século, os meios de comunicação e de propaganda evoluíram barbaramente. E, no entanto, de um modo geral no Brasil, a esquerda, os movimentos populares, permanecem trabalhando com aqueles instrumentos do início do século: materiais impressos, cartazes, panfletos etc. Eu acredito que o cinema pode ter um papel muito grande no sentido de diminuir um pouco a desvantagem em termos de meios que os movimentos transformadores da sociedade dispõem hoje. É lógico que isso envolve uma discussão muito maior porque vai colocar a briga deste cinema com a televisão, por exemplo. São espaços que têm de ser criados. Na medida em que o cinema militante não dispõe de acesso às redes comerciais, à televisão, ele tem que criar seu próprio espaço, criar seus circuitos e suas salas de exibição. Transformar o seu público potencial em seu público efetivo. Isto não significa abandonar a luta pela conquista dos espaços existentes, luta essa que só pode se dar no bojo da luta política.

— Qual o papel que você vê no movimento cineclubista, já que é um movimento que existe por todo o país?

Tapajós — Eu acho que o movimento cineclubista teve e continua tendo um papel pioneiro no sentido da criação de um circuito, de um mercado alternativo. Antes de sindicatos, de associações mais diversas se interessarem por cinema, já existia o movimento cineclubista com a atividade neste sentido. E o mais importante que aconteceu foi a sua politização. A partir de um determinado momento, ele deixou de ser um movimento apreciador de cinema enquanto sétima arte para se transformar num conjunto de pessoas interessadas na utilização do sistema no seu sentido mais amplo: não apenas a fruição individual mas a recolocação social do cinema. Embora o movimento cineclubista tenha passado por esta transformação, ele ainda vive um problema muito sério que é o de ter se

constituído como algo que flutuava, sem ter uma vinculação social muito clara. Isso aí evidentemente vai fazer com que o movimento cineclubista acabe sendo obrigado a buscar recursos no Estado, onde estes recursos existem e são manipulados de forma paternalista. A única maneira de se escapar dessa dependência, é efetivamente se assentar nas entidades ligadas ao movimento popular, como os sindicatos e associações as mais diversas. É muito importante o movimento cineclubista deixar de ser apenas um canal exibidor e ser também um instrumento de produção cinematográfica. Uma questão que a gente ainda não discutiu aqui é que o cinema militante está correndo sérios riscos, pois o cinema encareceu brutalmente. Só para vocês terem uma idéia, "Luta do Povo", feito em 1980, custou aproximadamente 500 mil cruzeiros. O filme que a gente está fazendo agora e que vai ter a mesma duração, vai custar mais de dois milhões. O salto que se deu em dois anos supera de longe a inflação do período. Os custos do cinema estão se tornando cada vez mais proibitivos para serem sustentados por um esquema de produção quase individual.

— Voltando ao "Linha de Montagem". Há muita gente que diz que o filme é um filme petista...

Tapajós — Eu não concordo que "Linha de Montagem" seja um filme petista. Eu acho que ele é um filme importante para o PT, o que é uma coisa diferente. A proposta de realização do filme foi o de retratar o mais próximo possível o processo que ocorreu em São Bernardo. O fato da origem do PT estar intimamente relacionada com aquele movimento pode levar as pessoas a confundirem muito as relações, certo? Agora, você percebe no filme que as referências sobre o PT são de passagem, não há uma insistência no filme em procurar retratar as origens do PT. O próprio movimento de São Bernardo foi sempre muito discreto em relação ao PT. O pessoal lá tinha um medo muito grande de que a luta sindical reivindicatória pudesse ser acusada, como foi no processo contra a direção do sindicato, de estar instrumentalizada em função dos interesses partidários. Agora, um dos temas centrais do filme era a organização. Nas greves de São Bernardo, o salto da organização da luta reivindicatória para a luta política foi muito claro no processo. Negar este salto é querer negar a história como ela realmente aconteceu. Então, no final do filme, Lula faz uma referência à necessidade de se organizar politicamente, à necessidade de se organizar um partido político.

— Você tem um contacto mais direto com o movimento cultural, como vê a relação do PT com a questão cultural?

Tapajós — Eu acredito que os partidos de oposição, particularmente o PT, têm ainda uma visão pouco clara da função da cultura, no processo de lutas e no próprio processo de construção de uma nova sociedade. Ainda há uma certa hipertrofia da política em todos estes partidos e organizações. Produções de filmes como o "Linha de Montagem" ainda são eventuais, sem um planejamento sistemático. Nós temos que travar esta briga dentro do PT porque o trabalho cultural ainda está relegado a um plano muito secundário e eventual.

**RGS**  
**Vitória de Travessia**

As eleições realizadas na última semana no movimento estudantil gaúcho confirmaram a hegemonia das correntes que compunham a diretoria da UEE, que formaram a chapa "Travessia". Chapas "Travessia" venceram por larga margem as eleições para a diretoria da UEE, do DCE da UFRGS e do DCE da UNISINOS. A novidade é que, além das duas correntes principais que já compunham a Travessia (Peleia e Resistência, a primeira formada por estudantes militantes do PT e identificados com o jornal **EM TEMPO**, a segunda identificada com a corrente "Caminhando", a nível nacional), integram a nova diretoria da UEE estudantes pertencentes à corrente do antigo jornal "Companheiro", à Liberdade e Luta e ao grupo Avançar a Luta, estes últimos todos petistas. Das correntes identificadas com o PT, só não participou o grupo setário "Alicerce", antiga Convergência Socialista.

Para o DCE da UFRGS, houve 3400 votos; 2075 foram para a "Travessia", 893 para a chapa "Viração" (identificada com a diretoria da UNE) e 335 para "Alicerce".

Para o DCE da UNISINOS, houve 2400 votos, sendo 1800 para Travessia, 300 para uma chapa de direita, 190 para Alicerce e 130 para a chapa "Travessura".

Para a UEE, as correntes ligadas à diretoria da UNE não conseguiram lançar chapa. Não dispomos de resultados completos; mas, até o fechamento desta edição na grande Porto Alegre, Travessia conseguiu 6400 votos e Alicerce 1300, sendo previsível que no restante do Estado a diferença de votos seja ainda maior.

A explicação para esta expressiva vitória reside sem dúvida no bom trabalho desenvolvido pela diretoria da UEE, apesar da difícil situação do movimento estudantil em todo o país.

Por outro lado, é importante que quase todas as correntes petistas tenham se mantido unidas, e que além disso tenha integrado a chapa a principal corrente não petista (Resistência-Caminhando) de oposição à diretoria da UNE, que assumiu (ao lado da tendência "Companheiro") a responsabilidade pela divisão da oposição no recente congresso da UNE (ver **EM TEMPO** n.º 160). Este resultado favorece a unificação do bloco de oposição.

O novo presidente da UEE-RS é Flávio Silveira, o "Caco", integrante da tendência Peleia.

Corria o ano de 1979. Através de depoimentos de exilados argentinos em fuga para a Europa, **EM TEMPO** reconstituiu todo o horror da repressão na Argentina. "Fora Videla", foi a manchete do jornal quando da visita do ditador argentino ao país.

Dezembro de 1980. Com exclusividade, **EM TEMPO** denuncia os planos Ática e Málaca, através dos quais as forças armadas uruguaias tentaram forjar um motim no maior presidio do país, com vistas à eliminação de toda uma população de presos políticos.

Em 1980, é a vez da Bolívia. Alguns meses depois do golpe, **EM TEMPO** traz da clandestinidade uma entrevista de um dirigente operário sobre a organização da resistência. Já em 1982, de Buenos Aires, uma entrevista com as Madres da Plaza de Mayo, símbolo de toda a luta do continente. O recado: "O povo não esquece. Pode passar o tempo, podemos morrer, podemos desaparecer e a luta continua, as reivindicações ficam sempre vivas."

**A Revolucionária América Central**

Corriam os últimos dias do mês de junho de 1979. Da Costa Rica, **EM TEMPO** trazia a palavra dos revolucionários nicaraguenses, através de uma longa entrevista com o dirigente sandinista Sérgio Ramirez. "Estamos chegando no momento da contagem

regressiva do regime de Somoza", prenuncia Ramirez, ao final.

Alguns dias depois, a edição 73 estampava em manchete de alto a baixo: "Revolução vence na Nicarágua".

Já em outubro do mesmo ano, de maneira inédita, o então jornalista do **EM TEMPO**, Bernardo Kucinski, em uma longa série, descrevia da Nicarágua para os trabalhadores brasileiros a experiência da revolução, o novo nascendo das cinzas do velho. Julho de 1970: em uma longa entrevista exclusiva, Lula recém chegado da festa do primeiro aniversário da revolução sandinista, fala de suas impressões: "A Nicarágua é um exemplo para o Brasil", conclui.

O encontro com a revolução nicaraguense prosseguiu no seu desenvolvimento em América Central. A revolução em El Salvador avança e **EM TEMPO** traz de dentro da zona liberada, de Morazan, a mensagem dos guerrilheiros através de um enviado especial. Logo em seguida, publica de forma exclusiva, um dos maiores encontros de solidariedade internacional à revolução salvadorenha, no México.

16 de Julho de 1982, três anos de revolução, de um processo ainda inacabado. **EM TEMPO** está presente em Masaya, que sedia o aniversário da revolução: "Festa e revolução na Nicarágua".

**Polônia: em jogo, o socialismo burocratizado**

Agosto de 1980: explodem as greves operárias na Polônia. **EM TEMPO** teve o

mérito, desde o início, de compreender o alcance das questões em jogo: "Democracia proletária X Ditadura dos burocratas", estampava em manchete, acrescentando a seguir: "o que está em jogo é muito mais do que a conquista de melhores condições de vida pelos trabalhadores. Na verdade, enfrentando o Estado burocratizado, o que eles buscam é a construção da democracia socialista".

Passo a passo, o jornal acompanhou o desenvolvimento do movimento já solidificado no Sindicato Solidariedade. Publica, em edições seguidas, os documentos, do I Congresso Nacional do Solidariedade.

A edição de número 142, tirada em 14 de janeiro de 1982, trazia uma alentada cobertura de sete páginas sobre o golpe militar do general Jaruzelski. Publicando os primeiros documentos da resistência, um chamamento à greve geral que não conseguiu se realizar, o jornal prenunciava: "a resistência apenas começou..." O número seguinte, publicava de maneira inédita no Brasil, um longo artigo de Zibgniew Kowalewski, dirigente do Solidariedade em Lodz refugiado em Paris, falando da radicalização revolucionária dos operários.

Já em agosto de 1982, às vésperas do primeiro aniversário do Solidariedade e de novo de forma exclusiva, **EM TEMPO** publica os documentos da imprensa clandestina dos operários poloneses, debatendo a estratégia da tomada do poder. Esta é uma história ainda inacabada...

**5 anos de EM TEMPO:**

**Jorge Nahas**

Jorge é ex-presó político e candidato a suplente de senador pelo PT mineiro.

Leio o **EM TEMPO** desde o exílio. Considero sua existência um mérito e a prova de que as idéias que veicula encontram eco e servem à luta pela revolução socialista. **EM TEMPO** foi decisivo para eu encontrar e optar pelo PT. A defesa intransigente desta perspectiva, mesmo quando crítica, é hoje o motivo da existência do jornal. O PT precisa de uma imprensa capaz de sistematizar e elaborar não somente os seus acertos mas principalmente os seus erros. A honestidade e a integridade com que o jornal tem desempenhado esta tarefa é o melhor aval.



**Perly Cipriano**

Perly é ex-presó político e candidato a governador do Espírito Santo pelo PT.

Acompanho o **EM TEMPO** desde a época em que me encontrava preso. O jornal sempre se destacou pela combinação que faz da luta contra a ditadura e a luta contra o capitalismo. E isso é fundamental para ser coerente com a sua posição de jornal de esquerda. Tem um papel importante e destacado na construção do PT e acredito que tem facilitado o debate que se trava no país. Desejo que continue a existir por muito tempo!

**José Genoíno Neto**

José Genoíno foi vice-presidente da UNE, participou da guerrilha do Araguaia e é hoje candidato a deputado federal pelo PT paulista.

Eu destaco três aspectos importantes no **EM TEMPO**: a cobertura às lutas e ao movimento operário e popular; o debate das questões importantes relativas a esses movimentos e o tratamento das questões teóricas e políticas das forças de esquerda, o que muitas vezes não vemos em outros jornais.



**Luis Eduardo Greenhalg**

Luis Eduardo foi dirigente do CBA e é secretário de relações exteriores do PT.

Ler **EM TEMPO** é uma obrigação de todos os brasileiros comprometidos com os trabalhadores e o processo de libertação nacional. A retomada da democracia passa necessariamente pelo apoio decisivo aos jornais que assumem e praticam esta bandeira, dentre os quais se destaca o **EM TEMPO**. Foi fundamental o papel que o jornal jogou na luta pela anistia denunciando torturadores, desaparecimentos e toda uma série de violências praticadas pelo regime militar.



**Ernest Mandel**

Ernest Mandel é economista e conhecido internacionalmente como um dos maiores teóricos marxistas da atualidade. É hoje um dos principais dirigentes da IV Internacional.

Saudações fraternais internacionais ao **EM TEMPO** pelo seu 5º aniversário. Por seu papel desde a primeira hora na construção de um partido dos trabalhadores autêntico, massivo e democrático, **EM TEMPO** passou a ser uma fonte de informação necessária sobre as lutas e debates do movimento operário brasileiro. Todos os revolucionários se interessam muito em aprender a partir de uma experiência tão importante para o conjunto do continente: esta experiência indica o caminho por onde a classe operária se organiza, superando o passado pesado de tradições reformistas e burocráticas.

**EM TEMPO** nos traz uma voz internacionalista que, apesar do longo isolamento forçado do movimento operário brasileiro, expressa uma solidariedade ativa tanto às lutas de emancipação nacional e social dos povos da América Central, quanto à luta do povo palestino frente ao sionismo e ao imperialismo, quanto ao combate dos operários poloneses contra a burocracia.

Desejo uma longa vida a **EM TEMPO**.